

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	12
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	19
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	77
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	81
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	82
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	83
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	1.952.197	1.849.198
1.01	Ativo Circulante	43.078	66.897
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	15.884	16.763
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.032	1.925
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.032	1.925
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	25.162	48.209
1.01.08.03	Outros	25.162	48.209
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	25.133	48.006
1.01.08.03.03	Outros Créditos	29	203
1.02	Ativo Não Circulante	1.909.119	1.782.301
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	160.227	159.760
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	137.478	137.478
1.02.01.02.01	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.02.02	Outros Títulos	217	217
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	2.604
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	0	2.604
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	22.749	19.678
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	22.749	19.678
1.02.02	Investimentos	1.743.174	1.616.555
1.02.02.01	Participações Societárias	1.743.174	1.616.555
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	104.801	89.884
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.548.188	1.443.925
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	90.185	82.746
1.02.03	Imobilizado	20	37
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	20	37
1.02.04	Intangível	5.698	5.949
1.02.04.01	Intangíveis	5.698	5.949
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.698	5.949

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	1.952.197	1.849.198
2.01	Passivo Circulante	21.441	41.717
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	771	749
2.01.01.01	Obrigações Sociais	771	749
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	771	749
2.01.02	Fornecedores	440	1.092
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	440	1.092
2.01.03	Obrigações Fiscais	95	86
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	90	83
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	87	78
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	3	5
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	5	3
2.01.05	Outras Obrigações	20.135	39.790
2.01.05.02	Outros	20.135	39.790
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	19.929	39.524
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	206	266
2.02	Passivo Não Circulante	4.490	6.625
2.02.04	Provisões	4.490	6.625
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.507	1.451
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	41	41
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	203	147
2.02.04.02	Outras Provisões	2.983	5.174
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	2.983	5.174
2.03	Patrimônio Líquido	1.926.266	1.800.856
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.309.052	1.302.766
2.03.04.01	Reserva Legal	156.195	156.195
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.152.857	1.146.571
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	119.406	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-842.508	-842.226

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	46.262	118.651	68.899	139.543
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.384	-13.467	-8.288	-13.775
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.642	1.149	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-562	-1.055
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	52.004	130.969	77.749	154.373
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	46.262	118.651	68.899	139.543
3.06	Resultado Financeiro	192	473	318	668
3.06.01	Receitas Financeiras	214	511	333	697
3.06.02	Despesas Financeiras	-22	-38	-15	-29
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	46.454	119.124	69.217	140.211
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	46.454	119.124	69.217	140.211
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	46.454	119.124	69.217	140.211
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,13650	2,91430	1,69330	3,43020
3.99.01.02	PN	1,25010	3,20570	1,86270	3,77320
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,13650	2,91430	1,69330	3,43020
3.99.02.02	PN	1,25010	3,20570	1,86270	3,77320

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	46.454	119.124	69.217	140.211
4.03	Resultado Abrangente do Período	46.454	119.124	69.217	140.211

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-16.682	-14.182
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-12.997	-13.062
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	119.124	140.211
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.002	987
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-130.969	-154.373
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	-19	43
6.01.01.07	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	-2.135	70
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3.685	-1.120
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	-107	0
6.01.02.02	Outras Contas Ativos	174	-26
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-3.071	-653
6.01.02.04	Fornecedores	-652	-8
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	22	-410
6.01.02.06	Tributos a Recolher	9	13
6.01.02.07	Outras Contas - Passivos	-60	89
6.01.02.08	Tributos a Recuperar	0	-125
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	32.748	13.824
6.02.04	Dividendos Recebidos	32.748	13.824
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-16.945	-7.740
6.03.02	Dividendos Pagos	-16.945	-7.654
6.03.03	Partes Relacionadas	0	-86
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-879	-8.098
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.763	25.048
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	15.884	16.950

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	27	0	0	27
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas	0	0	27	0	0	27
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	6.259	119.406	-282	125.383
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	119.124	0	119.124
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	6.259	282	-282	6.259
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	282	-282	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	6.259	0	0	6.259
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.309.052	119.406	-842.508	1.926.266

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.189.031	0	-687.109	1.842.238
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-11.077	0	-11.077
5.02.01	Adoção Inicial CPC 48	0	0	0	-11.077	0	-11.077
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.189.031	-11.077	-687.109	1.831.161
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.053	0	0	-3.053
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.158	0	0	-3.158
5.04.08	Reversão de dividendos prescritos	0	0	105	0	0	105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	141.852	-1.641	140.211
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	140.211	0	140.211
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.641	-1.641	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	1.641	-1.641	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.185.978	130.775	-688.750	1.968.319

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-75	-2.194
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-75	-2.194
7.03	Valor Adicionado Bruto	-75	-2.194
7.04	Retenções	-1.002	-987
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.002	-987
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.077	-3.181
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	131.480	155.070
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	130.969	154.373
7.06.02	Receitas Financeiras	511	697
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	130.403	151.889
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	130.403	151.889
7.08.01	Pessoal	10.678	11.242
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.297	11.056
7.08.01.02	Benefícios	133	41
7.08.01.03	F.G.T.S.	248	145
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	402	385
7.08.02.01	Federais	257	258
7.08.02.02	Estaduais	5	7
7.08.02.03	Municipais	140	120
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	199	51
7.08.03.02	Aluguéis	161	22
7.08.03.03	Outras	38	29
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	119.124	140.211
7.08.04.02	Dividendos	0	3.158
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	119.124	137.053

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	10.922.267	9.854.745
1.01	Ativo Circulante	4.218.081	4.353.420
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	756.409	698.060
1.01.03	Contas a Receber	1.510.628	1.592.693
1.01.03.01	Clientes	1.339.769	1.431.571
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	1.890.624	1.962.129
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-550.855	-530.558
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	170.859	161.122
1.01.04	Estoques	12.906	8.636
1.01.06	Tributos a Recuperar	112.489	63.264
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	112.489	63.264
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.825.649	1.990.767
1.01.08.03	Outros	1.825.649	1.990.767
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	3.669	89
1.01.08.03.04	Outros Créditos	278.620	221.505
1.01.08.03.05	Ativo Financeiro - CVA	0	226.737
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	32.357	31.433
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	1.511.003	1.511.003
1.02	Ativo Não Circulante	6.704.186	5.501.325
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.923.323	1.816.040
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	137.478	137.478
1.02.01.02.01	Titulos para Necociação	137.261	137.261
1.02.01.02.02	Títulos Disponíveis para Venda	217	217
1.02.01.04	Contas a Receber	48.456	54.359
1.02.01.04.01	Clientes	159.508	166.248
1.02.01.04.02	Provisão p/créditos de liquidação duvidosa-PCLD	-114.614	-114.614
1.02.01.04.03	Outras contas a receber	3.562	2.725
1.02.01.07	Tributos Diferidos	715.182	712.532
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	715.182	712.532
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	488	3.092
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	0	2.604
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	488	488
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.021.719	908.579
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	1.111.010	21.092
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	206.163	170.350
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	450.159	441.030
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro - CVA	0	26.522
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	254.387	249.585
1.02.02	Investimentos	251.502	228.663
1.02.02.01	Participações Societárias	251.502	228.663
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	161.317	145.917
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	90.185	82.746
1.02.03	Imobilizado	158.291	160.066
1.02.04	Intangível	3.371.070	3.296.556
1.02.04.01	Intangíveis	3.371.070	3.296.556

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.362.674	3.287.592
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	8.396	8.964

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	10.922.267	9.854.745
2.01	Passivo Circulante	3.968.534	4.438.978
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	188.813	208.503
2.01.01.01	Obrigações Sociais	188.813	208.503
2.01.02	Fornecedores	872.884	1.006.854
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	872.884	1.006.854
2.01.03	Obrigações Fiscais	257.399	223.897
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	118.373	65.373
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	72.474	17.300
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	42.398	44.238
2.01.03.01.03	Outros	3.501	3.835
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	137.817	156.601
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.209	1.923
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	303.999	452.478
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	231.392	321.089
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	226.398	320.322
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	4.994	767
2.01.04.02	Debêntures	72.607	131.389
2.01.05	Outras Obrigações	2.186.148	2.384.470
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.645	15.763
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9.645	15.763
2.01.05.02	Outros	2.176.503	2.368.707
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	19.929	39.524
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	1.995.825	2.269.327
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro - CVA	101.564	0
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	59.185	59.856
2.01.06	Provisões	159.291	162.776
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	159.291	162.776
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	159.291	162.776
2.02	Passivo Não Circulante	5.027.467	3.614.911
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.230.932	967.585
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	911.699	597.712
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	593.787	325.026
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	317.912	272.686
2.02.01.02	Debêntures	319.233	369.873
2.02.02	Outras Obrigações	1.312.671	155.412
2.02.02.02	Outros	1.312.671	155.412
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	50.412	46.988
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	120.456	105.948
2.02.02.02.05	Outros Passivos Não Circulantes	2.476	2.476
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro - CVA	63.700	0
2.02.02.02.09	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	1.075.627	0
2.02.03	Tributos Diferidos	14.737	10.144
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.737	10.144
2.02.04	Provisões	2.469.127	2.481.770
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.031.537	2.054.032

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	9.657	9.626
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	68.013	65.850
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.800.932	1.842.197
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	152.935	136.359
2.02.04.02	Outras Provisões	437.590	427.738
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	435.536	425.687
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	2.054	2.051
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.926.266	1.800.856
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.309.052	1.302.766
2.03.04.01	Reserva Legal	156.195	156.195
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.152.857	1.146.571
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	119.406	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-842.508	-842.226

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.782.205	3.914.342	1.981.099	3.751.956
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	1.811.936	4.080.387	1.590.234	3.270.480
3.01.02	Receita de Construção - CPC 17	132.515	248.025	102.251	196.689
3.01.03	Receita Parcela A - CVA	-163.540	-416.673	286.882	282.459
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	1.294	2.603	1.732	2.328
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.565.529	-3.427.706	-1.737.691	-3.271.793
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.247.081	-2.827.466	-1.481.523	-2.763.952
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-2.415	-5.331	-3.689	-6.904
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-183.518	-346.884	-150.228	-304.248
3.02.04	Custo de Construção - CPC 17	-132.515	-248.025	-102.251	-196.689
3.03	Resultado Bruto	216.676	486.636	243.408	480.163
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-121.762	-239.233	-111.705	-210.233
3.04.01	Despesas com Vendas	-65.812	-118.264	-55.267	-106.412
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-94.377	-182.204	-73.938	-149.180
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	19.777	36.391	15.002	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	38.311
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	18.650	24.844	2.498	7.048
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	94.914	247.403	131.703	269.930
3.06	Resultado Financeiro	-29.920	-56.110	-16.515	-35.851
3.06.01	Receitas Financeiras	55.183	130.051	41.596	80.598
3.06.02	Despesas Financeiras	-85.103	-186.161	-58.111	-116.449
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	64.994	191.293	115.188	234.079
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-18.540	-72.169	-45.971	-93.868
3.08.01	Corrente	-20.942	-70.226	-34.940	-80.694
3.08.02	Diferido	2.402	-1.943	-11.031	-13.174
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	46.454	119.124	69.217	140.211
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	46.454	119.124	69.217	140.211
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	46.454	119.124	69.217	140.211

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,12310	2,91430	1,92470	3,43020
3.99.01.02	PN	1,23540	3,20570	2,11710	3,77320
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,12310	2,91430	1,92470	3,43020
3.99.02.02	PN	1,23540	3,20570	2,11710	3,77320

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	46.454	119.124	69.217	140.211
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	46.454	119.124	69.217	140.211
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	46.454	119.124	69.217	140.211

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	193.149	-155.203
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	323.840	347.619
6.01.01.01	Resultado antes do IR e CSLL	191.293	234.079
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	111.859	106.838
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-24.844	-7.048
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno/Bonificação de Outorga	-22.331	-22.574
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	100.623	44.061
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-69.545	-74.364
6.01.01.09	Juros Pagos	-57.711	-22.543
6.01.01.11	Provisão para Passivo Atuarial	23.881	14.807
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	28.622	32.887
6.01.01.14	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	24.250	23.592
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-2.603	-2.328
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	20.297	19.952
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	49	260
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-130.691	-502.822
6.01.02.02	Ativos Financeiros - (CVA, Bonificação de Outorga)	370.559	-206.155
6.01.02.03	Contas a Receber	68.508	-7.234
6.01.02.04	Subsidio Decreto nº 7.891/2013	0	15.285
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-1.139.143	-56.946
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-35.813	-24.165
6.01.02.07	Estoques	-4.270	-1.578
6.01.02.10	Outras Contas - Ativo	-49.101	53.862
6.01.02.11	Fornecedores	-133.970	55.555
6.01.02.12	Tributos a Recolher	32.821	41.680
6.01.02.13	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-16.266	-38.142
6.01.02.14	Taxas Regulamentares	-279.021	-201.698
6.01.02.15	Passivo Financeiro - CVA	64.569	-42.619
6.01.02.16	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	1.075.627	0
6.01.02.19	Passivo Atuarial	-78.402	-86.520
6.01.02.20	Outras Contas - Passivo	-6.789	-4.147
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-219.590	-223.358
6.02.01	Adições Ativo Imobilizado/Intagível	-223.540	-225.664
6.02.03	Aumento (Redução) de Capital Investidas	-220	-7.558
6.02.05	Dividendos Recebidos	4.170	9.864
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	84.790	114.199
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-160.984	-75.665
6.03.04	Adições de Empréstimos e Financiamentos	371.562	300.000
6.03.05	Pagamento de Dividendos	-16.945	-7.654
6.03.06	Ingresso de Debêntures	0	147.509
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-108.843	-249.991
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	58.349	-264.362
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	698.060	564.594
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	756.409	300.232

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856	0	1.800.856
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856	0	1.800.856
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	27	0	0	27	0	27
5.04.08	Reversão de dividendos prescritos	0	0	27	0	0	27	0	27
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	6.259	119.406	-282	125.383	0	125.383
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	119.124	0	119.124	0	119.124
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	6.259	282	-282	6.259	0	6.259
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	282	-282	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	6.259	0	0	6.259	0	6.259
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.309.052	119.406	-842.508	1.926.266	0	1.926.266

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.189.031	0	-687.109	1.842.238	0	1.842.238
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-11.077	0	-11.077	0	-11.077
5.02.01	Adoção Inicial CPC 48	0	0	0	-11.077	0	-11.077	0	-11.077
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.189.031	-11.077	-687.109	1.831.161	0	1.831.161
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-3.053	0	0	-3.053	0	-3.053
5.04.06	Dividendos	0	0	-3.158	0	0	-3.158	0	-3.158
5.04.08	Reversão de dividendos prescritos	0	0	105	0	0	105	0	105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	141.852	-1.641	140.211	0	140.211
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	140.211	0	140.211	0	140.211
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	1.641	-1.641	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	1.641	-1.641	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.185.978	130.775	-688.750	1.968.319	0	1.968.319

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/06/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/06/2018
7.01	Receitas	6.492.436	6.142.226
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	6.200.711	5.906.832
7.01.02	Outras Receitas	63.997	58.657
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	248.025	196.689
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-20.297	-19.952
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.253.636	-3.108.149
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.888.847	-2.808.709
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-116.764	-102.751
7.02.04	Outros	-248.025	-196.689
7.02.04.01	Custos refs. a Construção de Ativos Próprios	-248.025	-196.689
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.238.800	3.034.077
7.04	Retenções	-111.859	-106.838
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-111.859	-106.838
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.126.941	2.927.239
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	154.895	87.646
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	24.844	7.048
7.06.02	Receitas Financeiras	130.051	80.598
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.281.836	3.014.885
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.281.836	3.014.885
7.08.01	Pessoal	351.423	296.753
7.08.01.01	Remuneração Direta	295.333	273.848
7.08.01.02	Benefícios	42.839	16.523
7.08.01.03	F.G.T.S.	13.251	6.382
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.613.604	2.451.719
7.08.02.01	Federais	1.397.761	1.406.620
7.08.02.02	Estaduais	1.211.628	1.041.392
7.08.02.03	Municipais	4.215	3.707
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	197.685	126.202
7.08.03.01	Juros	20.189	13.677
7.08.03.02	Aluguéis	11.524	9.753
7.08.03.03	Outras	165.972	102.772
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais	28.222	16.993
7.08.03.03.03	Outras Despesas de Financiamentos	137.750	85.779
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	119.124	140.211
7.08.04.02	Dividendos	0	3.158
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	119.124	137.053

Comentário do Desempenho



1. INVESTIMENTOS

Os recursos investidos em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Companhia no segundo trimestre de 2019 chegaram a R\$258.978 ante R\$223.154 em 2018, sendo 16,05% superior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Investimento	Consolidado				
	30 de junho 2019		30 de junho 2018		Análise Horizontal
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	
Distribuição de Energia Elétrica	258.090	99,66%	212.183	95,08%	21,64%
Recursos Próprios	214.021	-	177.476	-	-
Participação Financeira do Consumidor	44.069	-	34.707	-	-
Geração de Energia Elétrica	888	0,34%	10.971	4,92%	-91,91%
Participações Societárias	220	-	7.558	-	-
Parque Gerador Próprio	668	-	3.413	-	-
Total	258.978	100%	223.154	100%	16,05%

Do total investido, o maior volume de R\$258.090 foram destinados à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Deste valor, R\$214.021 foram com recursos próprios (sendo R\$181.835 em materiais e serviços, R\$32.186 em mão de obra própria) e R\$44.069 foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 414, da ANEEL, de 09 de setembro de 2010

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio, R\$207 se refere à substituição de conduto adutor, pallet de contenção, baterias e sonda de pressão da Usina Cedros; R\$240 se refere a serviços mecânicos na Usina Salto Weissbach; R\$14 foram gastos com a reforma da chaminé e pallet de contenção da CGH Caveiras; R\$9 foram utilizados para aquisição de ar condicionado e pallet de contenção para a Usina Garcia; R\$6 se refere a aquisição de banco de baterias para a CGH Rio do Peixe; R\$84 foram despendidos com o projeto executivo e montagem do Rotor UG2 da CGH São Lorenço; e R\$11 foram empregados no sistema de proteção, medição e automação e sensor de pressão da Usina Pery.

2. MERCADO ACIONÁRIO

O Índice BOVESPA fechou o 2º trimestre de 2019 com valorização de 5,82%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou valorização de 11,11% no mesmo período.

Nesse mesmo período as Ações Ordinárias – ON da Companhia apresentaram valorização de 5,26%, enquanto as Ações Preferenciais – PN apresentaram desvalorização de 5,23%.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 30 de junho de 2019 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

Descrição	Fechamento		Variação %
	30 de junho		Em 12 meses
	2019	2º TRI 2019	
Celesc PN	R\$ 49,50	-5,23%	77,67%
Celesc ON	R\$ 59,03	5,26%	66,65%
IBOVESPA	100.967	5,82%	38,76%
IEE	63.831	11,11%	65,53%

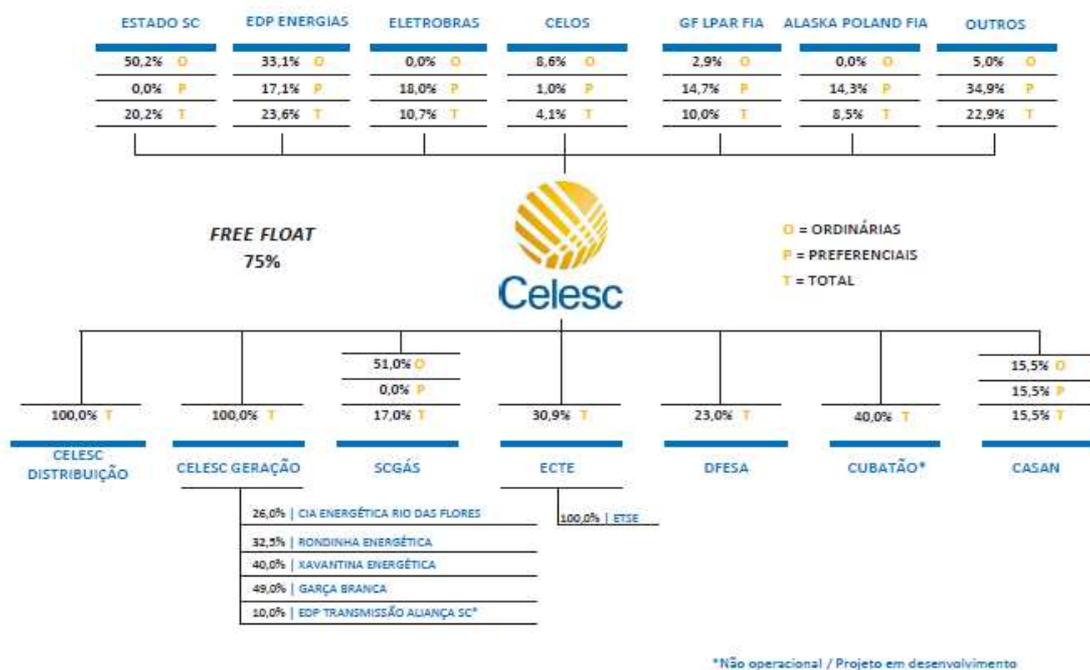
*Variações percentuais com ajuste a proventos

3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 30 de junho de 2019, conforme demonstrado no quadro anterior, são: R\$59,03 (cinquenta e nove reais e três centavos) para cada Ação Ordinária – ON (CLSC3) e R\$49,50 (quarenta e nove reais e cinquenta centavos) para cada Ação Preferencial – PN (CLSC4).

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das Ações Ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária, em 30 de junho de 2019 está apresentada no organograma a seguir:

Comentário do Desempenho



4. RECURSOS HUMANOS

A Celesc encerrou o segundo trimestre de 2019, com um quadro funcional de 3.322 empregados. O total de empregados representa um acréscimo de 7,93% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.078 empregados).

5. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

O Lucro Líquido acumulado no trimestre findo em 30 de junho de 2019 apresentado pela Companhia foi de R\$119.124, representando uma redução de 15,04%, se comparado ao mesmo período de 2018, que foi de R\$140.211.

A redução é justificada, principalmente, pelo aumento nas despesas de pessoal relacionadas ao PDVI, quando no primeiro semestre de 2018 teve uma reversão de R\$3,2 milhões, enquanto que no mesmo período de 2019 os gastos somaram R\$22,8 milhões, além do aumento evidenciado nas despesas atuariais, que foram de R\$14,8 milhões, no primeiro semestre de 2018, para R\$23,9 milhões, no primeiro semestre de 2019.

Os principais indicadores econômicos, baseados nas informações consolidadas da Companhia em 30 de junho de 2019, em relação ao mesmo período do ano anterior, são os seguintes:

Dados Econômico-Financeiros (valores em reais mil)	30 de junho 2019	30 de junho 2018 (Reapresentado)	AH
Receita Operacional Bruta – ROB	6.451.339	6.105.849	5,66%
Receita Operacional Líquida – ROL	3.914.342	3.751.956	4,33%
Resultado Operacional	247.403	269.930	-8,35%
EBITDA	359.262	376.768	-4,65%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	9,18%	10,04%	-0,86 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	3,04%	3,74%	-0,69 p.p.
Resultado Financeiro	(56.110)	(35.851)	56,51%
Ativo Total	10.922.267	9.145.391	19,43%
Imobilizado	158.291	152.621	3,72%
Patrimônio Líquido	1.926.266	1.968.319	-2,14%
Lucro Líquido	119.124	140.211	-15,04%

Comentário do Desempenho



A Companhia encerrou 30 de junho de 2019 com Receita Operacional Bruta – ROB acumulada de R\$6.451.339, resultando em um acréscimo de 5,7% em relação ao segundo trimestre de 2018. O aumento decorreu, principalmente, pelo: reajuste tarifário médio de 13,86%, aplicado em agosto de 2018 aos consumidores da Celesc D; aumento aferido no consumo de energia no mercado cativo, na ordem de 6,4%; aumento na Receita gerada pela disponibilização da rede elétrica, na ordem de 33,27%.

A Receita Operacional Líquida – ROL fechou o segundo trimestre de 2019 em R\$3.914.342, representando um crescimento de 4,33%, em relação ao mesmo período de 2018, que fechou no valor de R\$3.751.956.

A movimentação do Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Conciliação do EBITDA (valores em reais mil)	30 de	30 de
	junho 2019	junho 2018
	(Reapresentado)	
Lucro Líquido	119.124	140.211
IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	72.169	93.868
Resultado Financeiro	56.110	35.851
Depreciação e Amortização	111.859	106.838
EBITDA	359.262	376.768

6. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 30 de junho 2019					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	3.945.820	17,12	9.086.688	23,56
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	460.000	2,96	3.400.000	14,75	3.860.000	10,01
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.285.600	14,26	3.285.600	8,52
Outros	790.552	5,09	8.039.269	34,89	8.829.821	22,89
Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Total Geral	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

Capital Social: R\$1.340.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

*Companhia de Capital Aberto

7. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Os investidores estrangeiros encerraram o segundo trimestre de 2019 representando 6,31% do Capital Social total da Companhia, detendo o total de 2.435.359 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	2.435.359	6,31%
Investidores Nacionais	36.136.232	93,69%
Total	38.571.591	100,00

8. AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.305	1,02%	9.463.965	24,54%
Conselho de Administração	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Diretoria Executiva	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Conselho Fiscal	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.810.149	98,98%	29.107.626	75,46%
Total	15.527.137	100,00%	23.044.454	100,00%	38.571.591	100,00%
Ações em Circulação	6.297.477	40,56%	22.810.149	98,98%	29.107.626	75,46%

Comentário do Desempenho



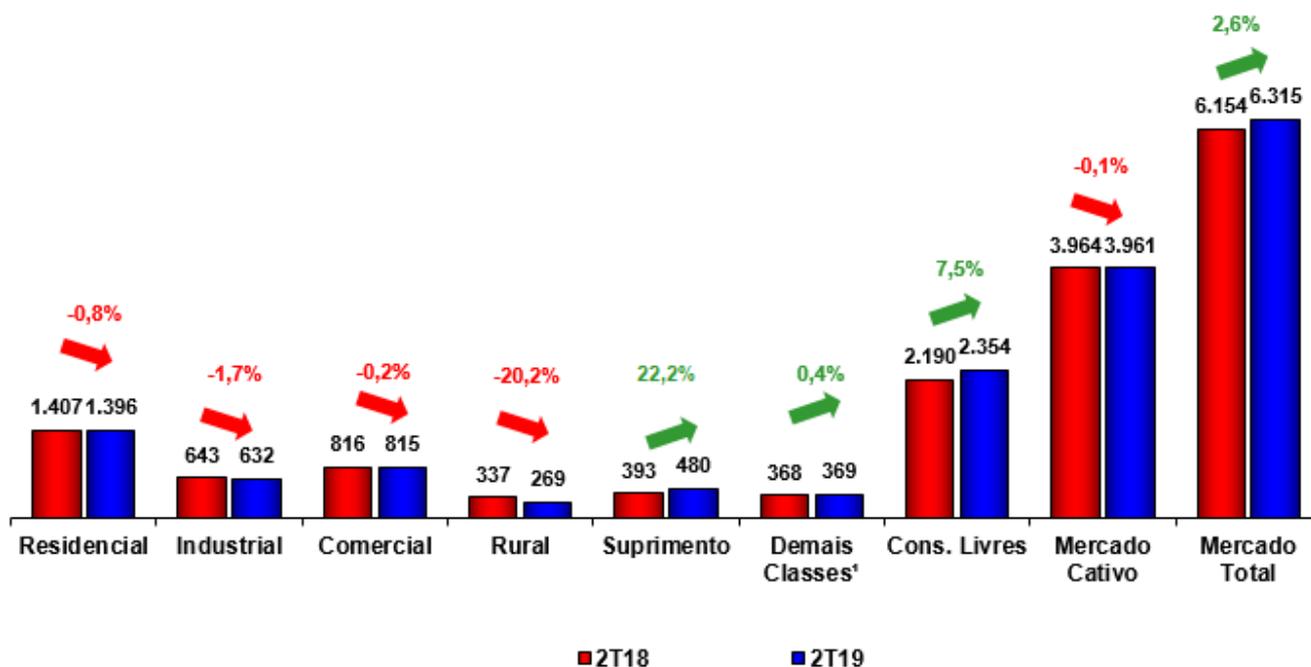
9. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.477	40,56%	22.810.149	98,98%	29.107.626	75,46%

10. BALANÇO ENERGÉTICO

O Mercado Faturado Cativo da Celesc D apresentou redução de 0,1% no segundo trimestre de 2019 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 3.961GWh. Com relação ao Mercado Total, incluindo consumidores livres, o aumento no consumo de energia elétrica foi de 2,6%, atingindo 6.315GWh.

No Gráfico a seguir podem ser observados os valores de consumo de cada classe no Mercado Cativo, como também o do Mercado Total:



Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público. Não considera Consumo Próprio.

Comentário do Desempenho



11. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

Descrição	2019		2018		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	2º Trim	Acumulado	2º Trim	Acumulado	2º Trim	Acum	2º Trim	Acum	2º Trim	Acum
	2019	2019	2018	2018	2019	2019	2018	2018	19-18	19-18
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil										
Residencial	916.211	2.167.344	855.150	1.808.197	39,4%	41,9%	38,0%	39,0%	7,1%	19,9%
Industrial	421.632	838.197	463.152	900.924	18,1%	16,2%	20,6%	19,4%	-9,0%	-7,0%
Comercial	574.895	1.278.111	544.608	1.133.318	24,7%	24,7%	24,2%	24,4%	5,6%	12,8%
Rural	125.554	289.153	135.239	295.137	5,4%	5,6%	6,0%	6,4%	-7,2%	-2,0%
Poder Público	77.357	159.443	72.571	141.129	3,3%	3,1%	3,2%	3,0%	6,6%	13,0%
Iluminação Pública	65.480	131.776	60.639	121.193	2,8%	2,5%	2,7%	2,6%	8,0%	8,7%
Serviço Público	50.628	104.065	46.702	93.662	2,2%	2,0%	2,1%	2,0%	8,4%	11,1%
Subtotal	2.231.756	4.968.088	2.178.061	4.493.561	96,0%	96,1%	96,7%	96,8%	2,5%	10,6%
Suprimento	92.965	200.309	73.978	148.793	4,0%	3,9%	3,3%	3,2%	25,7%	34,6%
TOTAL	2.324.721	5.168.397	2.252.039	4.642.354	100%	100%	100%	100%	3,2%	11,3%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	1.396.104	3.233.902	1.406.946	2.994.773	35,2%	37,6%	35,5%	36,4%	-0,8%	8,0%
Industrial	631.885	1.240.982	643.005	1.258.884	16,0%	14,4%	16,2%	15,3%	-1,7%	-1,4%
Comercial	814.543	1.796.015	816.355	1.718.601	20,6%	20,9%	20,6%	20,9%	-0,2%	4,5%
Rural	269.000	613.110	337.238	734.395	6,8%	7,1%	8,5%	8,9%	-20,2%	-16,5%
Poder Público	115.227	237.592	115.716	229.208	2,9%	2,8%	2,9%	2,8%	-0,4%	3,7%
Iluminação Pública	163.396	326.929	161.641	325.839	4,1%	3,8%	4,1%	4,0%	1,1%	0,3%
Serviço Público	90.830	185.002	90.272	182.337	2,3%	2,1%	2,3%	2,2%	0,6%	1,5%
Subtotal	3.480.985	7.633.532	3.571.174	7.444.036	87,9%	88,7%	90,1%	90,5%	-2,5%	2,5%
Suprimento	480.377	973.144	393.216	778.775	12,1%	11,3%	9,9%	9,5%	22,2%	25,0%
TOTAL	3.961.362	8.606.676	3.964.390	8.222.811	100%	100%	100%	100%	-0,1%	4,7%
Preço Médio Unitário do MWh em R\$										
Residencial	656,26	670,19	607,81	603,78	111,8%	111,6%	107,0%	106,9%	8,0%	11,0%
Industrial	667,26	675,43	720,29	715,65	113,7%	112,5%	126,8%	126,8%	-7,4%	-5,6%
Comercial	705,79	711,64	667,12	659,44	120,3%	118,5%	117,4%	116,8%	5,8%	7,9%
Rural	466,74	471,62	401,02	401,88	79,5%	78,5%	70,6%	71,2%	16,4%	17,4%
Poder Público	671,34	671,08	627,15	615,73	114,4%	111,8%	110,4%	109,1%	7,0%	9,0%
Iluminação Pública	400,74	403,07	375,14	371,94	68,3%	67,1%	66,0%	65,9%	6,8%	8,4%
Serviço Público	557,39	562,51	517,34	513,68	95,0%	93,7%	91,1%	91,0%	7,7%	9,5%
Subtotal	641,13	650,82	609,90	603,65	109,2%	108,4%	107,4%	106,9%	5,1%	7,8%
Suprimento	193,53	205,84	188,14	191,06	33,0%	34,3%	33,1%	33,8%	2,9%	7,7%
TOTAL	586,85	600,51	568,07	564,57	100%	100%	100%	100%	3,3%	6,4%

12. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 64º “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

13. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 25 de fevereiro de 2005, a Companhia informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 14 de agosto de 2019

A Administração

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (a “Companhia” e em conjunto com suas controladas o “Grupo”), é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada em 09 de dezembro de 1955 por meio do Decreto Estadual nº 22, com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do Capital Total. O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado é de R\$1.340.000.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia e suas controladas e coligadas têm como atividades preponderantes a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, sua controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

2. PERFIL EMPRESARIAL

2.1. Subsidiárias Integrais Consolidadas

2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

A Celesc D, constituída por Escritura Pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade anônima de capital fechado.

Em 09 de dezembro de 2015 a Celesc D, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos.

A Celesc D atua, total ou parcialmente, na distribuição de energia elétrica para 287 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná, totalizando a prestação de serviços para uma carteira formada por mais de 3,0 milhões de unidades consumidoras (não revisado).

2.1.1.1. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

a) Reajuste Tarifário Anual de 2018

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.436, de 13 de agosto de 2018, homologou o Reajuste Tarifário Anual da Celesc D, aplicado a partir do dia 22 de agosto de 2018. O referido reajuste resultou em um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, da ordem de 13,86%, sendo de 15,05%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 3,15%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

Os Encargos Setoriais tem participação de 4,77%, -1,42% de Custos com Transmissão, 5,08% com Despesas de Energia, 0,06% de Receitas Irrecuperáveis, 0,37% com os Custos da Distribuidora, 7,48% relativo aos Componentes Financeiros do processo atual, e -2,48% relativo à retirada dos Componentes Financeiros do processo ordinário anterior.

Ao calcular o reajuste, conforme estabelecido no contrato de concessão, a ANEEL considera a variação de custos associados à prestação do serviço, e leva em conta a aquisição e a transmissão de energia elétrica, bem como os encargos setoriais.

Na composição da Receita Líquida para o período 2018-2019, a Parcela A (custos não gerenciáveis com encargos, transmissão e energia) participa com 81,4%. A Parcela B (custos gerenciáveis) representa 18,6%, definida no valor de R\$1,51 bilhões.

b) Bandeiras Tarifárias

As faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias vigentes para 2019 são:

- i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- ii) Bandeira Amarela: R\$1,00 a cada 100Kwh (a partir de Junho/2019: R\$1,50 a cada 100Kwh);
- iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R\$3,00 a cada 100Kwh (a partir de Junho/2019: R\$4,00 a cada 100Kwh);

Notas Explicativas

iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R\$5,00 a cada 100Kwh (a partir de Junho/2019: R\$6,00 a cada 100Kwh).

A definição das faixas de acionamento será realizada conforme o método Função de Distribuição Acumulada – FDA, definida no manual de Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET submódulo 6.8, pelos seguintes critérios:

- i) Bandeira Tarifária Verde: quantil estatístico da FDA associado à probabilidade de 75%;
- ii) Bandeira Tarifária Amarela: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 75% e 85%;
- iii) Bandeira Tarifária Vermelha: intervalo da FDA compreendido entre os quantis 85% e 95%;
- iii-a) Patamar 1: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 85% e 90%; e
- iii-b) Patamar 2: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 90% e 95%.

O acionamento das bandeiras e os valores mensais da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D, assim como os valores repassados da Celesc D à CCRBT para fins da Liquidação das Operações do Mercado de Curto Prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no ano de 2019 foram:

Mês	Bandeira	Repasse da CCRBT à Celesc D (R\$ mil)	Repasse da Celesc D à CCRBT (R\$ mil)	Nº dos Despachos ANEEL
Janeiro	Verde	7.209	-	280/2019
Fevereiro	Verde	2.809	-	629/2019
Março	Verde	4.149	-	979/2019
Abril	Verde	2.209	-	1.253/2019
Maiο	Amarela	2.753	-	1.525/2019
Junho	Verde	4.451	-	1.862/2019

c) Exposição Contratual 2014 – Despachos ANEEL nºs 2.642/2015 e 2.078/2016

A Celesc D ingressou com Ação Judicial, objetivando questionar o Despacho ANEEL nº 2.078/16, a fim de obter o reconhecimento integral de exposições contratuais como involuntárias ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário da ordem de R\$256,6 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, que ocorreria até 22 de agosto de 2016.

Após o ingresso da ação judicial, obteve-se a concessão de liminar para afastamento da aplicação do redutor tarifário mencionado, decisão esta atendida pela ANEEL quando da homologação da RTP, sendo que no momento a Celesc D permanece discutindo o mérito da ação em segunda instância do poder judiciário, buscando o reconhecimento integral da exposição contratual como involuntária e, assim, eliminando qualquer redutor tarifário no processo de 2019, bem como a aplicação de penalidades pela CCEE.

2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G, constituída por Escritura Pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade anônima de capital fechado.

A Celesc G responde pela operação, manutenção, expansão e comercialização do parque gerador da Companhia, atualmente formado por 6 (seis) Usinas Hidrelétricas – UHEs, 1 (uma) Pequena Central Hidrelétrica – PCH, e 5 (cinco) Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs de propriedade integral da Celesc G, além de investimentos em parceria com investidores privados, sendo 6 (seis) geradoras desenvolvidas no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE e 1 (uma) transmissora de energia elétrica.

Notas Explicativas

2.1.2.1. Parque Gerador

2.1.2.1.1. Parque Gerador Próprio – 100% Celesc G

O parque de geração própria possui 106,97MW de potência instalada, conforme tabela a seguir:

Descrição	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitibanos/SC	09/07/2047	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2046	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	07/07/2045	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	3,80	N/A
CGH Caveiras	Lages/SC	*	3,83	2,77	N/A
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	*	2,60	2,03	N/A
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	*	0,52	0,50	N/A
CGH Piraí	Joinville/SC	*	0,78	0,45	N/A
CGH São Lourenço	Mafra/SC	*	0,42	0,22	N/A
Total			106,97	67,19	

* Usina com potência instalada inferior a 5MW estão dispensadas do ato de Concessão (Lei nº 13.360/16).

N/A – Não se Aplica.

2.1.2.1.2. Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

Outros projetos de propriedade integral da Celesc G estão em fase de revisão para ampliação e reativação conforme tabela a seguir:

Descrição	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Acréscimo de Potência (MW)	Potência Final (MW)	Data Prevista de Entrada em Operação	Status
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	8,30	13,92	2021	Início das obras
Usina Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	N/D**	Licenciamento Ambiental
Usina Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	4,50	12,90	N/D**	Revisão de Projeto Básico
Usina Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	N/D**	Revisão de Projeto Básico
CGH Maruim	São José/SC	*	0,00	1,00	1,00	N/D**	Licenciamento Ambiental
CGH Caveiras	Lages/SC	*	3,83	10,00	13,83	N/D**	Em Estudo de Inventário
Total			48,73	47,55	96,28		

* Usina com potência instalada inferior a 5MW estão dispensadas do ato de Concessão (Lei nº 13.360/16).

** Depende de Trâmites Regulatórios.

N/D – Não Disponível.

2.1.2.1.3. Novos Empreendimentos de Geração em Operação – Participação Minoritária

O parque de geração em parceria com investidores privados no formato de SPE, em operação comercial, possui 31,78MW. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 11,24MW, conforme tabela a seguir:

Descrição	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Equivalente Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	05/10/2040	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
CGH Prata	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,68	26,0%	0,78	0,44
CGH Belmonte	Belmonte/SC	05/05/2039	3,60	1,84	26,0%	0,94	0,48
CGH Bandeirante	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,76	26,0%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	07/04/2040	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	13/03/2043	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			31,78	17,74		11,24	6,26

2.1.2.1.4. Transferência de Participação Minoritária em Empreendimentos de Geração em Desenvolvimento

A Celesc G possuía participação societária em outro empreendimento, ainda em estágio de desenvolvimento, conforme a tabela a seguir:

Descrição	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)	Data Prevista de Entrada em Operação	Status
PCH Campo Belo	Campo Belo do Sul/SC	19/05/2044	9,95	20,4%	2,04	N/D	*
Total			9,95		2,04		

* Processo de alienação concluído em 07/2019.

N/D – Não Disponível.

Em 10 de dezembro de 2018, tal empreendimento enviou à ANEEL um pedido de anuência prévia para operação de alteração de

Notas Explicativas

controle direto de agente de geração de energia elétrica, que foi atendido por meio do Despacho nº 045 de 08 de janeiro de 2019.

As tratativas para transferência desta participação às empresas Alfa Gestão de Negócios Ltda. (50%) e Ecco Energy Investimento e Participações Ltda. (50%) foram concluídas, inclusive com a anuência da ANEEL.

Destaca-se, ainda, que no segundo trimestre de 2019, a Celesc G concluiu o processo de transferência da totalidade de sua participação na PCH Paineal à empresa Astic EN Participações S.A., que era um outro empreendimento em estágio de desenvolvimento.

2.1.2.2. Empreendimentos de Transmissão

2.1.2.2.1. Empreendimento de Transmissão – Celesc G/EDP Energias do Brasil – Participação Minoritária

A Celesc G possui 10% de participação societária (90% sob controle da EDP Energias do Brasil) em um empreendimento de transmissão, denominado EDP Transmissão Aliança SC, que tem por objeto implementar o lote 21 do Leilão nº 05/2016 da ANEEL, com investimentos previstos em R\$1,1 bilhão.

As instalações visam à expansão do sistema da região sul e planalto do estado de Santa Catarina e permitirão ainda que a Celesc G conecte seu sistema de distribuição à nova estrutura, de forma a trazer benefícios diretos para regiões críticas em sistema energético do Estado. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial determinada é para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação. A SPE foi constituída em julho de 2017 e o Contrato de Concessão assinado em agosto do mesmo ano.

O empreendimento é composto por 5 trechos de linhas de transmissão e uma subestação, conforme a seguir:

	Origem	Destino	Circuito	Extensão (KM)	Tensão (kV)
LINHAS DE TRANSMISSÃO	SE Abdon Batista	SE Campos Novos	CS	39,8	525
	SE Siderópolis 2	SE Abdon Batista	CD	209,0	525
	SE Biguaçu	SE Siderópolis 2	CS	150,5	525
	SE Siderópolis 2	SE Siderópolis	CD	6,0	230
	SE Siderópolis 2	SE Forquilha	CS	27,8	230
Total			CS/CD	433,1	525/230
SUBESTAÇÃO	SE 525/230 SIDERÓPOLIS 2		-	-	525/230

As licenças ambientais de instalação estão sendo emitidas por trecho, sendo que até o final do segundo trimestre de 2019, estavam emitidas as licenças da Subestação e do Trecho SE Biguaçu - SE Siderópolis 2, sendo que nestes trechos as obras foram iniciadas.

A tabela a seguir resume as principais informações do empreendimento:

Empreendimento	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Transformação (MWA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc Geração
EDP Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

2.1.2.3. Ambiente Regulatório

2.1.2.3.1. Projetos de Ampliação e Concessões Prorrogadas

a) Projetos de Ampliação das Usinas do Parque Próprio

Ampliação da PCH Celso Ramos

A Celesc G obteve por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.078/2015 autorização para ampliação da PCH Celso Ramos da ordem de 7,2MW (5,62MW para 12,82MW), bem como a prorrogação da concessão por 20 anos, condicionada à conclusão da obra até novembro de 2021.

Em 2018, o Projeto Básico de ampliação da Usina foi revisto e consolidado, sendo que essa nova configuração prevê a instalação de novo circuito adutor, que contará com uma nova tomada de água, canal adutor, conduto forçado e com uma nova casa de força com duas unidades geradoras, UG-3 e UG-4, de 4,15MW cada, totalizando o acréscimo de 8,3MW no aproveitamento (passando de 7,2MW para 8,3MW e totalizando 13,92MW de capacidade instalada).

Em 29 de março de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 939/2019, registrando a adequabilidade ao uso do potencial hidráulico

Notas Explicativas

da revisão do Projeto Básico da Ampliação da PCH Celso Ramos, e homologando novos parâmetros necessários para definir a Garantia Física do empreendimento. Com a inscrição no 29º Leilão de Energia Nova da ANEEL, a Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE definiu a Garantia Física do projeto. As obras estão iniciando em julho de 2019.

Destaca-se também que a Celesc G participou do Leilão A-4 supracitado, tendo obtido êxito na comercialização da energia desse empreendimento, com a vigência iniciando em janeiro de 2023.

Ampliação da Usina Salto Weissbach

Em 2018 foi aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.117, de 21 de maio de 2018, o projeto básico de Ampliação da Usina Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau/SC. O projeto de ampliação prevê a construção de um novo circuito adutor em paralelo ao existente, com canal de adução, tomada d'água e casa de força com duas unidades geradoras de 11,5MW cada, totalizando o acréscimo de 23MW de potência instalada na usina, passando para 29,28MW.

Atualmente o projeto encontra-se em fase de obtenção de Licença Ambiental de Instalação junto ao Instituto de Meio Ambiente de SC – IMA/SC e em análise pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Após a conclusão das etapas acima, a ANEEL deverá calcular a remuneração deste projeto, cuja energia será dedicada integralmente ao regime de cotas, para que a Empresa possa dar encaminhamento às etapas de viabilização financeira, licitação e construção.

Ampliação das Usinas Cedros e Palmeiras

Em 2018, a ANEEL dispensou o Estudo de Inventário Hidrelétrico do Rio para os projetos de Ampliação das Usinas Cedros e Palmeiras, conforme solicitado em 2016. Deste modo, a próxima etapa prevista pela Empresa é de realizar a consolidação dos projetos básicos de ampliação das referidas Usinas, para posterior encaminhamento à ANEEL.

Ampliação CGH Caveiras

Foi protocolado na ANEEL, requerimento para a realização de estudos de inventário para o trecho do rio onde se encontra instalada a CGH Caveiras, com vistas a promover a ampliação da sua capacidade instalada.

Em 12 de dezembro de 2018, a Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração – SCG emitiu a Nota Técnica nº 565/2018, a fim de conceder à Celesc G o registro para revisão do inventário do rio Caveiras.

Em 14 de dezembro de 2018, foi publicado o Despacho nº 3.005/2018, conferindo o registro de inventário à Celesc G, pelo prazo de 630 dias, contados da sua publicação.

O estudo de inventário do rio, o qual está em fase de contratação, é fundamental para o encaminhamento do projeto básico de ampliação para aprovação da ANEEL.

Reativação da CGH Maruim

A CGH Maruim, construída em 1910, está localizada no município de São José/SC. Considerada uma das usinas hidrelétricas mais antigas do país, está desativada desde 1972 e é objeto da Celesc o projeto para reativação.

Em 2018, a Celesc G promoveu a revisão e consolidação do Projeto Básico, sendo que essa nova configuração prevê a uma capacidade instalada de 1 MW, utilizando a casa de força existente, tombada como patrimônio histórico desde 2002.

Desde 2018 o projeto conta com licença ambiental prévia emitido pelo IMA/SC, sendo que aguarda a emissão da Licença Ambiental de Instalação – LAI para dar continuidade às próximas etapas, visando a reativação da usina.

b) Concessões Prorrogadas

Concessão Usina Pery

A Usina Pery teve a sua concessão prorrogada por mais 30 anos, com vigência a partir 10 de julho de 2017, com a alocação integral da energia no regime de cotas da garantia física de energia e de potência. A indenização dos ativos não amortizados, referente à ampliação concluída em 2013 será paga à Celesc G ao longo do novo prazo de concessão, cujo regimento está em definição pela ANEEL.

2.1.2.3.2. Fator de Ajuste da Garantia Física

A Celesc G, assim como a maioria das geradoras no País, busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do *Generation Scaling Factor* – GSF, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no

Notas Explicativas

cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural. O *GSF* representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, e o somatório das garantias físicas das usinas.

Desde agosto de 2015, a Celesc G detém liminar que determina à CCEE limitar a incidência do *GSF* ao percentual máximo de 5% do total da Garantia Física, inclusive afastando qualquer cobrança ou rateio decorrentes do Fator de Ajuste *GSF* ou provenientes de outros processos judiciais.

Em agosto de 2018 o Juízo competente para julgar a ação ordinária suscitou o Incidente de Demandas Repetitivas – IRDR nos autos nº 1015846-64.2017.4.01.3400 perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, suspendendo o processo por 60 dias. Atualmente o IRDR está aguardando a admissão pelo TRF da 1ª Região. Caso restar admitido o IRDR, o Relator determinará a suspensão de todos os processos com a mesma matéria, pelo prazo máximo de 1 (um) ano. Julgado o IRDR a tese jurídica será aplicada pelos demais juízes aos casos idênticos em tramitação. Em junho de 2019 foi publicado despacho pelo Juízo competente, determinando a suspensão por mais 60 dias, considerando a não apreciação do IRDR pelo TRF1.

O Governo Federal vem buscando alternativas para resolver o grande impasse de ordem jurídica vigente, que vem constituindo significativos impactos financeiros aos agentes do setor elétrico. Recentemente o governo lançou proposta de contrapartidas aos agentes de geração por intermédio da Medida Provisória nº 814/2018, a qual se encontra atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

Neste contexto, a Celesc G está realizando análise estratégica quanto à atuação no caso, mantendo monitoramento permanente sobre o andamento do processo, bem como avaliação das movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

2.2. Demais Participações

2.2.1. Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A Celesc detém 51% das ações ordinárias e 17% do capital social total da controlada em conjunto SCGÁS, empresa responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (17%); Petrobrás Gás S.A. – Gaspetro (41%), Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. – Mitsui Gás (41%) e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás (1%).

A SCGÁS detém Contrato de Concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

Destaque-se que, em 2013, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina – PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc, ajuizou ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento auçada sob o nº 0011447-19.2013.8.24.0023, em face de SCGÁS, Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda e Infragás S.A., questionando alteração no Capital Social e o Acordo de Acionistas de 1994, obtendo liminar favorável em juízo de 1º grau. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar em 2ª instância, apresentado os recursos judiciais cabíveis.

Em 03 de junho de 2019 foi admitido o recurso especial do Estado de Santa Catarina e das Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A – CELESC, contudo, indeferido o pedido de efeito suspensivo/tutela de urgência em ambos. Ainda nesta data, não foi admitido o recurso extraordinário e foi indeferido o pedido de efeito suspensivo/tutela de urgência. Dessa decisão, em 28 de junho de 2019, o Estado de Santa Catarina interpôs Agravo que está pendente de julgamento. No dia 05 de julho de 2019 foram intimados os procuradores dos Agravados para apresentarem contrarrazões a esse recurso de Agravo.

2.2.2. Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A coligada ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica, sendo constituída como sociedade anônima de capital fechado em 08 de agosto de 2000.

A ECTE detém a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, a partir de 1º de novembro de 2000, para implantação, manutenção e operação da Linha de Transmissão de 525kV, com 252,5km de extensão de linhas, entre as subestações de Campos Novos/SC e Blumenau/SC. A Celesc é detentora de 30,88% de participação no Capital Social total da ECTE, Alupar, com 50,02%, e a Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – TAESA, com 19,10%.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL, é de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, autorizado pelo Ministério de Minas e Energia – MME. A ECTE possui um subsidiária, a Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE, cujo Contrato de Concessão de transmissão de energia elétrica tem data de 10 de maio de 2012 com prazo de vigência de 30

Notas Explicativas

anos, responsável pela construção das subestações Abdon Batista/SC (525kV/230kV) e Gaspar/SC (230kV/138kV).

2.2.3. Dona Francisca Energética S.A. – DFESA

A coligada DFESA é uma concessionária produtora independente de energia elétrica, com Contrato de Concessão de 28 de agosto de 1998, entrou em operação em 05 de fevereiro de 2001, com prazo de vigência de 35 anos a partir de 1998, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. A Celesc detém 23,03% do Capital Social total da empresa, Gerdau 51,82%, Copel 23,03% e Statkraft Energias Renováveis S.A. com 2,12%.

2.2.4. Usina Hidrelétrica Cubatão S.A. – Usina Cubatão

A Usina Cubatão, é uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída em 1996, para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão. Empreendimento localizado em Joinville/SC, com potência instalada de 45MW. Após enfrentar entraves ambientais, indeferimento ao pleito de postergação do período de concessão e conseqüente inviabilidade econômica para o desenvolvimento do projeto, o empreendimento solicitou ao órgão regulador a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 04/1996 (Processo ANEEL nº 48100.003800/1995-89).

Por meio da Portaria nº 310, de 27 de julho de 2018, o Ministro de Estado de Minas e Energia, extinguiu a concessão para o Aproveitamento de Energia Hidráulica denominado UHE Cubatão, cadastrado com o Código Único do Empreendimento de Geração – CEG: UHE.PH.SC.027062-8.01. Reconhece, ainda, não haver bens reversíveis vinculados à concessão, nem ônus de qualquer natureza ao Poder Concedente ou à ANEEL.

A Celesc possui 40% do Capital Social da empresa, Inepar S.A. 40%, e a Statkraft Energias Renováveis S.A. 20%. O investimento na referida usina está integralmente provisionado como desvalorização em participação societária. A sociedade vem tratando dos aspectos societários para sua dissolução.

2.2.5. Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan

A Casan é uma sociedade de economia mista de capital aberto e possui a função de planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água potável em sua área de concessão, sendo a Celesc detentora de 15,48% do Capital Social total da empresa. O controle acionário é do Governo do Estado de Santa Catarina, que possui 64,21%, os demais investidores são: SC Participações e Parcerias S.A. – SC Par 18,03% e Codesc 2,28%. O investimento na Casan está classificado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nestas Informações Trimestrais, Individuais e Consolidadas, são:

3.1. Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A emissão das informações Financeiras intermediárias foi autorizada pela Diretoria Executiva em 31 de julho de 2019.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras Intermediárias, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas podem causar ajustes relevantes nos valores patrimoniais e de resultado para os próximos períodos, impactando nas seguintes mensurações:

- a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros; (Nota 5.7)
- b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (Nota 11)
- c) Bonificação de Outorga; (Nota 13.2)

Notas Explicativas

- d) *Impairment* de Ativos Não Financeiros; (Notas 17 e 18)
- e) Realização do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos; (Nota 20)
- f) Contingências; (Nota 27)
- g) Benefícios de Planos de Pensão (Passivo Atuarial); (Nota 28)
- h) Receita Não Faturada – Celesc D (Nota 11a e 31.1);
- i) Depreciação – Celesc G (Nota 18);
- j) Amortização do Ativo Indenizatório – Celesc D (Nota 19).

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, contemplando a adoção dos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 01 de janeiro de 2019.

4.1. Base de Mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos Ativos Financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR reconhecidos no Balanço Patrimonial.

4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação dos seus resultados operacional e financeiro. Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes referentes a Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado e Demonstração do Valor Adicionado Consolidado do período findo em 30 de junho de 2018, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (*IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*), o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (*IAS 1 – Presentation of Financial Statements*) e o CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (*IAS 34 – Interim Financial Reporting*).

Essas reclassificações impactaram qualitativamente o Resultado da Companhia. Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

4.2.1. Demonstração do Resultado do Período

Descrição	Consolidado		
	30 de junho 2018	Reclassificação	30 de junho 2018 (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida – ROL (Nota 31.1)	3.751.956	-	3.751.956
Receita das Vendas e Serviços	3.270.480	-	3.270.480
Receita de Construção – CPC 47	196.689	-	196.689
Receita Parcela A – CVA	282.459	-	282.459
Atualização do Ativo Financeiro – VNR	2.328	-	2.328
Custos de Vendas/Serviços Prestados (Nota 31.2)	(3.256.821)	(14.972)	(3.271.793)
Custo das Mercadorias Vendidas (Nota 4.3)	(2.748.980)	(14.972)	(2.763.952)
Custo dos Produtos Vendidos	(6.904)	-	(6.904)
Custo dos Serviços Prestados	(304.248)	-	(304.248)
Custo de Construção – CPC 47	(196.689)	-	(196.689)
Lucro Bruto	495.135	(14.972)	480.163
Despesas Operacionais	(210.233)	-	(210.233)
Vendas (Nota 31.2)	(106.412)	-	(106.412)
Gerais e Administrativas (Nota 31.2)	(149.180)	-	(149.180)
Outras Receitas (Despesas), Líquidas (Nota 31.2)	38.311	-	38.311
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 17.b)	7.048	-	7.048
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	284.902	(14.972)	269.930
Receitas Financeiras (Nota 4.3 e Nota 31.3)	82.058	(1.460)	80.598
Despesas Financeiras (Nota 4.3 e Nota 31.3)	(132.881)	16.432	(116.449)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	234.079	-	234.079
IRPJ e CSLL Corrente	(80.694)	-	(80.694)
IRPJ e CSLL Diferido	(13.174)	-	(13.174)
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	140.211	-	140.211

Notas Explicativas

4.2.2. Demonstração do Valor Adicionado

Descrição	30 de junho 2018	Reclassificação	Consolidado
			30 de junho 2018 (Reapresentado)
Receitas	6.142.226	-	6.142.226
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	5.906.832	-	5.906.832
Receita de Construção – CPC 47	196.689	-	196.689
Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa	(19.952)	-	(19.952)
Outras Receitas	58.657	-	58.657
Insumos Adquiridos de Terceiros	(3.093.177)	(14.972)	(3.108.149)
Custos dos Produtos, das Mercadorias e dos Serviços Vendidos (Nota 4.3)	(2.793.737)	(14.972)	(2.808.709)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros	(102.751)	-	(102.751)
Custo de Construção – CPC 47	(196.689)	-	(196.689)
Valor Adicionado Bruto	3.049.049	(14.972)	3.034.077
Depreciação e Amortização	(106.838)	-	(106.838)
Valor Adicionado Líquido	2.942.211	(14.972)	2.927.239
Valor Adicionado Recebido em Transferência	89.106	(1.460)	87.646
Resultado de Equivalência Patrimonial	7.048	-	7.048
Receitas Financeiras (Nota 4.3)	82.058	(1.460)	80.598
Valor Adicionado a Distribuir	3.031.317	(16.432)	3.014.885
Pessoal	(296.753)	-	(296.753)
Remuneração Direta	(273.848)	-	(273.848)
Benefícios	(16.523)	-	(16.523)
FGTS	(6.382)	-	(6.382)
Impostos, Taxas e Contribuições	(2.451.719)	-	(2.451.719)
Federais	(1.406.620)	-	(1.406.620)
Estaduais	(1.041.392)	-	(1.041.392)
Municipais	(3.707)	-	(3.707)
Remuneração de Capital de Terceiros	(142.634)	16.432	(126.202)
Juros	(13.677)	-	(13.677)
Aluguéis	(9.753)	-	(9.753)
Variações Monetárias e Cambiais	(16.993)	-	(16.993)
Outras Despesas de Financiamentos (Nota 4.3)	(102.211)	16.432	(85.779)
Remuneração de Capitais Próprios	(140.211)	-	(140.211)
Dividendos	(3.158)	-	(3.158)
Lucro Retido do Período	(137.053)	-	(137.053)
Valor Adicionado Distribuído	(3.031.317)	16.432	(3.014.885)

4.3. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

A Companhia a partir de janeiro de 2019, passou registrar as variações cambiais referente às aquisições de energia elétrica para revenda oriundas de Itaipu na rubrica "Custo de Energia", por entender que se trata de valores que serão reconhecidos pela ANEEL na data do reajuste tarifário da Celesc D.

4.4. Novas Normas e Interpretações

4.4.1. IFRS 16/CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil

Em 01 de janeiro de 2019 entrou em vigor o IFRS 16/CPC 06 – "Operações de Arrendamento Mercantil". Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas Demonstrações Financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 01 de janeiro de 2019 e substitui o IAS 17/CPC 06 – "Operações de Arrendamento Mercantil" e correspondentes interpretações.

4.4.2. IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro

Em 01 de janeiro de 2019 entrou em vigor o IFRIC 23/ICPC 22 – "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro", que esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12/CPC 32 – "Tributos sobre o Lucro" quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

A Companhia realizou uma análise pertinente aos assuntos e não identificou impactos significativos em suas Demonstrações Financeiras em decorrência da aplicação das novas normas.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia.

Notas Explicativas

5. GESTÃO DE RISCO

A Diretoria de Planejamento e Controle Interno – DPL da Companhia desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos estratégicos, modelando estes riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo da Companhia.

5.1. Risco Financeiro

5.1.1. Risco de Crédito

Inadimplência

Risco de comprometimento do planejamento econômico financeiro pelo não recebimento da receita faturada, por deficiências de comunicação, entrega e cobrança em relação aos clientes.

5.1.2. Risco de Liquidez

Capital de Terceiros

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado ou de impactos devido ao vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro ou pela variação intempestiva e não planejada nas taxas de juros e câmbio.

Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados em 30 de junho de 2019.

Descrição	Taxas %						Consolidado
		Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Contas a Receber		1.432.633	48.340	29.655	38.722	6.172	1.555.522
Caixa e Equivalente de Caixa		756.409	-	-	-	-	756.409
Depósitos Judiciais		-	-	-	206.163	-	206.163
Subsídio CDE *		1.511.003	-	-	-	-	1.511.003
Bonificação Outorga	IPCA	2.844	5.615	24.216	106.484	184.556	323.715
Partes Relacionadas		-	-	488	-	-	488
Total Ativo		3.702.889	53.955	54.359	351.369	190.728	4.353.300
Empréstimos Bancário CDI	CDI + 1,25% a 1,30%	3.428	-	61.931	627.245	-	692.604
Empréstimo Bancário	7,40% a.a.	150.716	-	-	-	-	150.716
Eletrobras	5% a.a.	1.178	501	1.928	3.942	1.021	8.570
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	725	1.333	6.054	16.996	43	25.151
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,3% a.a. a 1,9% a.a.	3.589	-	33.831	237.077	-	274.497
Debêntures – Celesc G	CDI + 2,5% a.a.	-	767	35.485	116.102	-	152.354
Fornecedores		466.504	404.920	1.460	-	-	872.884
Encargos Setoriais – CDE		1.796.980	-	-	-	-	1.796.980
Passivo Financeiro – CVA		8.485	17.011	77.883	73.863	-	177.242
Reserva Mat. a Amortizar	IPCA + 6% a.a.	12.198	10.354	48.487	327.342	52.060	450.441
BID	CDI + 0,89% a.a.	-	-	5.126	9.459	439.023	453.608
Total Passivo		2.443.803	434.886	272.185	1.412.026	492.147	5.055.047

* Decreto nº 7.891/13

Atuarial

Risco de perdas financeiras em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia, como patrocinadora do fundo de pensão de seus empregados, por definição de taxa atuarial equivocada, gestão inadequada, ou em desacordo com as práticas de mercado, ou ainda por flutuações inesperadas de variáveis de mercado.

5.2. Classe de Risco Operacional

5.2.1. Categoria Gestão

Investimentos

Risco de perdas por decisões de investimentos em desacordo com o alinhamento estratégico, pelo não cumprimento de

Notas Explicativas

cronogramas, taxas de retorno insuficientes e desembolsos imprevistos.

5.2.2. Categoria Processo

Resguardo de Ativos

Risco de perdas financeiras decorrentes da falta de mecanismos de proteção, sinistros e/ou acessos não autorizados.

Perdas

Risco da redução de receita devido ao aumento de perdas técnicas e não técnicas da energia comercializada, em função da deficiência da infraestrutura dos sistemas de distribuição ou ainda por ineficiência de controle de fraudes e roubos.

Contratação de Energia da Distribuidora

Risco de não repasse tarifário integral do custo de energia contratada e penalidades devido a contratação fora dos limites regulatórios.

5.2.3. Categoria Risco de Produção de Energia Elétrica

Afluência Média

As Usinas da Celesc G são do tipo fio d'água ou com reservatórios relativamente pequenos, dependendo diretamente do regime pluviométrico.

Disponibilidade das Unidades Geradoras

Devido à idade avançada das usinas da Celesc G (idades de 50 a 109 anos), ao desgaste natural de peças e equipamentos e aos serviços de melhoria e modernização, a geração de energia é influenciada pela disponibilidade das unidades geradoras.

5.2.4. Pessoal

Saúde e Segurança

Risco de passivos trabalhistas, interdição das atividades e afastamento ou morte de trabalhadores provocados por não cumprimento de normas legais, ausência de treinamento e ausência de equipamentos de proteção adequados.

Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Risco de perdas pelas limitações dos mecanismos de contratação e retenção dos colaboradores ou incapacidade de promover o desenvolvimento dos profissionais do grupo tornando a força de trabalho disponível desatualizada e incapaz de desenvolver os desafios da estratégia.

5.2.5. Risco de Informação e Tecnologia

Acesso a Informações e Infraestrutura de TI

Risco de perdas ou danos decorrentes do acesso não autorizado a dados e informações críticas devido à políticas e parâmetros de segurança inadequados, ou má intenção de usuários, bem como pela capacidade de processamento de sistemas ou falhas/morosidades nas operações dos sistemas disponíveis e proteção inadequada/salvaguarda física dos ativos de rede.

5.3. Classe de Risco de Compliance

5.3.1. Categoria Regulatório/Legal

Socioambiental

Risco de perdas decorrentes de políticas e práticas ambientais e sociais em desacordo com a legislação (descumprimento deliberado, desconhecimento das leis e falhas operacionais), expondo a Companhia a autuação de órgãos fiscalizadores, não obtenção de licenças e desgaste de imagem.

Revisão Tarifária

Risco de perdas na remuneração contida na Parcela B, que representa os custos gerenciáveis da Companhia, provocadas pelo não

Notas Explicativas

cumprimento das exigências regulatórias estabelecidas pela ANEEL ou por alterações na metodologia do processo de revisão tarifária, mais especificamente na valoração da Base de Remuneração Regulatória, resultando em Parcela B inferior ao esperado.

Extinção da Concessão

a) Distribuição de Energia

A Companhia assinou em 09 de dezembro de 2015 o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica com vigência de 30 anos, no qual consta que nos primeiros 5 (cinco) anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

Os indicadores de qualidade técnicos: redução no DEC da Celesc D tem de chegar a 9% e em 2020 – prazo limite dado pela ANEEL para comprovação plena dos ajustes – o patamar passa a ser de 25% de redução. Seguindo o ritmo histórico, a redução desse indicador deverá ser de 5% ao ano.

ANO	GESTÃO ECONÔMICA FINANCEIRA	INDICADORES DE QUALIDADE (LIMITE ESTABELECIDO)		VERIFICAÇÃO
		DECi ¹	FECi ²	
2016		14,77	11,04	ATENDIDO
2017	LAJIDA>0	13,79	10,44	ATENDIDO
2018	{LAJIDA (-) QRR}≥0	12,58	9,84	ATENDIDO
2019	{DIVIDA LIQUIDA/[LAJIDA (-)QRR ³]}≤1/0,8*SELIC ⁴	11,56	9,25	
2020	DIVIDA LIQUIDA/{LAJIDA (-)QRR}<1/1,11*SELIC	11,30	8,65	

¹ DECi - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

² FECi - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

³ QRR - Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica – RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12(doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;

⁴ Selic - limitada a 12,87% a.a.

b) Geração de Energia

Risco de extinção da prorrogação do Contrato de Concessão da PCH Celso Ramos em decorrência da obrigatoriedade da entrada em operação comercial até 2021 de duas novas unidades geradoras a serem construídas pela Celesc G.

Regulação do Setor Elétrico

Risco de sanções administrativas aplicadas pela Agência Reguladora diante da inadequação dos processos internos, perda de valor em função de alterações na legislação que sejam desalinhadas com interesses estratégicos da companhia, e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

Fraude

Risco de perdas financeiras, danos à imagem, queda de qualidade dos serviços e sanções legais devido a ocorrências de fraudes, internas ou externas, causadas por empregados ou terceiros, devido a falhas de controle ou conluio.

Ações Judiciais

Risco de perdas provocado por práticas em desacordo com a legislação brasileira e Termos de Ajustamento de Conduta – TAC ou deficiências internas que dificultam ou impossibilitam a construção de defesa.

5.4. Risco Estratégico

5.4.1. Risco de Governança

Imagem

Risco de queda no nível de reputação da Companhia perante os principais *stakeholders*.

5.4.2. Risco de Estratégia

Inovação

Risco de perda de vantagem competitiva pela dificuldade de desenvolver e/ou implantar novas tecnologias, comprometendo diversos aspectos como acesso a novos mercados, maximização de receitas, aquisição de novos conhecimentos, valoração da

Notas Explicativas

marca e sustentabilidade empresarial.

5.5. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 30 de junho de 2019:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Consolidado		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI (%)			6,07%	7,59%	9,11%
	Aplicações Financeiras (Nota 9)	611.344	37.109	46.401	55.693
	Empréstimos (Nota 23) (i)	(961.329)	(58.353)	(3.542)	(215)
	Debêntures (Nota 24)	(391.840)	(23.785)	(29.741)	(35.697)
SELIC			6,10%	7,63%	9,15%
	Passivo Financeiro – CVA (Nota 13.1)	(165.264)	(10.081)	(12.610)	(15.122)
	Parcelamento CDE (Nota 26)	(266.066)	(16.230)	(20.301)	(24.345)
IPCA (%)			3,37%	4,21%	5,06%
	Ativo Indenizatório (Concessão) em Serviço (Nota 14)	201.741	6.799	8.493	10.208
	Bonificação de Outorga (Nota 13.2)	286.744	9.663	12.072	14.509
	Reserva Matemática a Amortizar (Nota 6)	(404.457)	(13.630)	(17.028)	(20.466)

(i) Apenas os empréstimos indexados pelo CDI

5.6. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à Dívida Líquida dividida pelo Capital Total.

A Dívida Líquida, por sua vez, corresponde ao total de Empréstimos e Financiamentos, (incluindo empréstimo de curto e longo prazo) e Debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a Dívida Líquida.

Descrição	Consolidado	
	30 de junho	31 de dezembro
	2019	2018
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional (Nota 23)	820.185	645.348
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira (Nota 23)	322.906	273.453
Debêntures (Nota 24)	391.840	501.262
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 9)	(756.409)	(698.060)
Dívida Líquida	778.522	722.003
Total do Patrimônio Líquido	1.926.266	1.800.856
Total do Capital	2.704.788	2.522.859
Índice de Alavancagem Financeira (%)	28,78%	28,62%

5.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 46 – Mensuração ao Valor Justo para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Notas Explicativas

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 30 de junho de 2019. O valor contábil é próximo ao valor justo dos ativos e passivos financeiros. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição – Nível 3	Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA		
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 10)	137.261	137.261
Outros	217	217
Valor Justo por Meio do Resultado – VJR		
Ativo Indenizatório - Concessão (Nota 14)	450.159	441.030
Total do Ativo	587.637	578.508

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

a) Abordagem de Mercado; b) Abordagem de Custo; c) Abordagem de Receita; d) Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 30 de junho de 2019.

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Consolidado
				Total
Ativo	4.981.798	450.159	137.478	5.569.435
Caixa e Equivalentes de Caixa	756.409	-	-	756.409
Contas a Receber de Clientes	2.220.991	-	-	2.220.991
Partes Relacionadas	488	-	-	488
Depósitos Judiciais	206.163	-	-	206.163
Subsídio CDE (*)	1.511.003	-	-	1.511.003
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	137.261	137.261
Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	-	450.159	-	450.159
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	286.744	-	-	286.744
Outros	-	-	217	217
Passivo	4.784.161	-	-	4.784.161
Fornecedores	872.884	-	-	872.884
Eletróbás	7.857	-	-	7.857
Empréstimos Moeda Nacional	812.328	-	-	812.328
Empréstimo Moeda Estrangeira	322.906	-	-	322.906
Debêntures	391.840	-	-	391.840
Partes Relacionadas	9.645	-	-	9.645
Reserva Matemática a Amortizar	404.457	-	-	404.457
Encargos Setoriais – CDE	1.796.980	-	-	1.796.980
Passivo Financeiro – Parcela A - CVA	165.264	-	-	165.264

(*) Decreto nº 7.891/13

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2018.

Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo por Meio do Resultado	Consolidado	
			Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativo	5.206.281	441.030	137.478	5.784.789
Caixa e Equivalentes de Caixa	698.060	-	-	698.060
Contas a Receber de Clientes	2.289.499	-	-	2.289.499
Partes Relacionadas	3.092	-	-	3.092
Depósitos Judiciais	170.350	-	-	170.350
Subsídio CDE (*)	1.511.003	-	-	1.511.003
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	137.261	137.261
Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	-	441.030	-	441.030
Ativo Financeiro – CVA	253.259	-	-	253.259
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	281.018	-	-	281.018
Outros	-	-	217	217
Passivo	4.937.199	-	-	4.937.199
Fornecedores	1.006.854	-	-	1.006.854
Eletrobrás	14.865	-	-	14.865
Empréstimos	630.483	-	-	630.483
BID	273.453	-	-	273.453
Debêntures	501.262	-	-	501.262
Partes Relacionadas	15.763	-	-	15.763
Reserva Matemática a Amortizar	424.593	-	-	424.593
Encargos Setoriais – CDE	2.069.926	-	-	2.069.926

(*) Decreto nº 7.891/13

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	760.305	800.485
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	770.536	810.699
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	690.150	678.315
Total	2.220.991	2.289.499

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

8. ESTOQUES

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Almoxarifado	12.771	8.494
Outros	135	142
Total	12.906	8.636

Os estoques são compostos por materiais, no almoxarifado, destinados principalmente à manutenção das operações de distribuição de energia.

9. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Recursos em Banco e em Caixa	302	308	145.065	120.960
Aplicações Financeiras	15.582	16.455	611.344	577.100
Total	15.884	16.763	756.409	698.060

Notas Explicativas

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 97% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os investimentos temporários classificados em ativos não circulantes são mensurados a valor justo.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)				
Ações Casan	137.261	137.261	137.261	137.261
Outros Investimentos	217	217	217	217
Não Circulante	137.478	137.478	137.478	137.478

10.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.358.800 Ações Ordinárias – ON, e 55.357.200 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan, a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária no investimento temporário, adotando o método do fluxo de caixa descontado para avaliação anual do referido investimento. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Para o cálculo do *valuation* o período de projeção adotado é de 17 anos (até 2035), com valor terminal (fluxo dos últimos 12 meses de projeção). A taxa de desconto usada foi WACC nominal de 11,99% a.a., com taxa de crescimento a longo prazo (perpetuidade) nominal de 3,75% a.a. (meta central de inflação a partir de 2021). O custo da dívida após os impostos é de 7,13% a.a. e o custo do capital próprio de 16,3% a.a. Por não haver participante no mercado ativo e por se tratar de uma estimativa com diversas variáveis, que não resultaram em acréscimos relevantes, a Companhia não alterou o valor justo desse instrumento financeiro em 30 de junho de 2019.

Conciliação do Valor Contábil

Descrição	Controladora	Consolidado
	Total	Total
Em 31 de dezembro de 2017	137.261	137.261
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
Em 31 de dezembro de 2018	137.261	137.261
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
Em 30 de junho de 2019	137.261	137.261

11. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Controladora		Consolidado	
		Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Consumidores	1.132.865	243.747	614.002	1.990.614	2.069.889
Residencial	222.028	146.679	103.297	472.004	472.562
Industrial	109.266	37.928	358.848	506.042	550.640
Comércio, Serviços e Outros	131.498	45.976	102.470	279.944	297.849
Rural	32.256	10.420	21.722	64.398	84.194
Poder Público	46.480	2.698	9.393	58.571	61.504
Iluminação Pública	19.316	2	16.939	36.257	36.845
Serviço Público	17.996	44	1.333	19.373	20.520
Receita não faturada	554.025	-	-	554.025	545.775
Suprimento a Outras Concessionárias	156.087	5.691	68.599	230.377	219.610
Concessionárias e Permissionárias	140.306	5.691	19.205	165.202	121.855
Transações no Âmbito da CCEE	9.656	-	26.186	35.842	62.769
Outros Créditos	-	-	23.208	23.208	28.174
Receita não faturada	6.125	-	-	6.125	6.812
Total	1.288.952	249.438	682.601	2.220.991	2.289.499
PECLD com Clientes (b)				(665.469)	(645.172)
Total Contas a Receber de Clientes - Líquido				1.555.522	1.644.327
			Circulante	1.510.628	1.592.693
			Não Circulante	44.894	51.634

PECLD – Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa.

Notas Explicativas

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas estimadas sobre os valores vincendos são constituídas em virtude de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Celesc G, além das inadimplências geradas pelos contratos bilaterais, está sujeita às inadimplências ocorridas no Mercado de Energia Elétrica do Sistema Interligado Nacional, nas quais estas são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE e são rateadas entre os agentes de mercado.

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Consumidores		
Residencial	103.290	101.233
Industrial	227.490	225.637
Têxtil (i)	114.614	114.614
Comércio, Serviços e Outras	101.749	92.933
Rural	20.753	18.271
Poder Público	11.334	11.287
Iluminação Pública	16.475	15.862
Serviço Público	1.333	1.321
Concessionárias e Permissionárias (ii)	27.467	31.469
Consumidores Livres	16.354	8.829
Outros	24.610	23.716
Total	665.469	645.172
Circulante	550.855	530.558
Não Circulante	114.614	114.614

b.1) Movimentação

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2018	645.172
Provisão Constituída no Período	28.138
Baixas de Contas a Receber	(7.841)
Saldo em 30 de junho de 2019	665.469

(i) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc D efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Tecelagem Kuehnrich – TEKA e Têxtil RenauxView S.A..

Em 2011, a Buettner S.A. entrou em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231. Em 2017, a Celesc D, considerando a possibilidade de não receber os valores da empresa Buettner S.A, reverteu o provisionamento realizado em 2011 e lançou para perdas o montante de R\$18.231.

Ainda em 2011, a Companhia Industrial Schlösser S.A. também entrou em recuperação judicial sendo provisionado em 2012 o montante de R\$16.888. A Celesc D recebeu referente a recuperação judicial o montante de R\$3.283, valor este revertido da provisão.

Em 2012, a TEKA deu entrada no pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. O plano de recuperação foi aprovado pela maioria dos credores, embora a Celesc tenha votado pela sua não aprovação e assim pela falência da empresa. Portanto, a probabilidade de recebimento do referido valor é remota na avaliação da Administração, vindo a Celesc D a constituir provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a Empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à Companhia Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

Notas Explicativas

b.2) Movimentação da PECLD – Setor Têxtil

A composição, por empresa está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Montante
Têxtil RenauxView S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.794
Companhia Industrial Schlösser S.A.	13.604
Saldo em 31 de dezembro de 2018	114.613
Provisão Constituída no Período	-
Reversão no Período	-
Saldo em 30 de junho de 2019	114.613

(ii) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da *Generation Scaling Factor* – GSF

Os valores referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do *GSF* nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, referentes à Celesc G são no importe de R\$26.186 em 30 de junho de 2019.

Do montante total, foi revertido no primeiro trimestre de 2019 o valor de R\$2.908 devido ao seu recebimento.

b.3) Movimentação da PECLD da GSF

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2018	29.035
Provisão Constituída no Período	59
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	(2.908)
Saldo em 30 de junho de 2019	26.186

12. OUTROS ATIVOS – CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Outros Créditos a Receber	Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Circulante	278.620	221.505
Pessoal a Disposição	881	2.888
Adiantamento Proinfa	17.098	17.098
Adiantamentos Diversos	13.498	334
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	58.328	51.778
Compartilhamento de Infraestrutura	28.206	10.441
Conta Bandeiras	4.451	13.210
Programa Baixa Renda	50.268	50.240
Eletrosul (i)	30.595	34.643
Diferenças Reembolso CDE	45.285	-
Outras Contas	30.010	40.873
Não Circulante	3.562	2.725
Outras Contas	3.562	2.725
Total	282.182	224.230

(i) Despacho ANEEL nº 4.171/2017 referente a valores a receber da Eletrosul (Nota 31.2 – c)

Notas Explicativas

13. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO

13.1. Parcela A – CVA

Ativos/Passivos Financeiros – CVA	Consolidado								
	31 de dezembro 2018	Adição	Amortização	Remuneração	30 de junho 2019	Amortização	Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA Ativa	906.684	31.309	(396.896)	11.633	552.730	83.789	468.941	513.652	39.078
Energia	751.541	27.752	(305.114)	10.963	485.142	64.413	420.729	450.081	35.061
Proinfra	5.295	15.473	(3.948)	223	17.043	833	16.210	15.692	1.351
Transporte Rede Básica	61.940	14.417	(45.404)	260	31.213	9.585	21.628	29.411	1.802
Transporte de Energia	16.027	4.245	(8.327)	187	12.132	1.758	10.374	11.268	864
CDE	41.303	-	(34.103)	-	7.200	7.200	-	7.200	-
Neutralidade da Parcela A	30.578	(30.578)	-	-	-	-	-	-	-
CVA Passiva	(653.425)	(306.455)	255.368	(13.482)	(717.994)	(53.669)	(664.325)	(615.216)	(102.778)
Sobrecontratação Energia	(68.155)	-	36.237	(654)	(32.572)	(7.651)	(24.921)	(30.495)	(2.077)
ESS (*)	(345.759)	(69.057)	151.958	(5.414)	(268.272)	(32.079)	(236.193)	(248.589)	(19.683)
CDE	(88.238)	(71.624)	-	(3.023)	(162.885)	-	(162.885)	(149.311)	(13.574)
Neutralidade da Parcela A	(12.529)	(135.208)	10.345	(2.577)	(139.969)	(2.184)	(137.785)	(128.488)	(11.481)
Devoluções Tarifárias	(99.383)	(30.566)	24.328	(1.814)	(107.435)	(4.894)	(102.541)	(51.472)	(55.963)
Outros	(39.361)	-	32.500	-	(6.861)	(6.861)	-	(6.861)	-
Saldo Ativa/(Passiva)	253.259	(275.146)	(141.528)	(1.849)	(165.264)	30.120	(195.384)	(101.564)	(63.700)

(*) Encargos de Serviços do Sistema

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
CVA 2018 – Período de 23.08.2017 a 22.08.2018	51.710	296.648
CVA 2019 – Período de 23.08.2018 a 22.08.2019	69.863	145.461
Total – CVA	121.573	442.109
Outros Itens – Período de 23.08.2017 a 22.08.2018	(21.590)	(175.601)
Outros Itens – Período de 23.08.2018 a 22.08.2019	(265.247)	(13.249)
Total – Outros Itens – CVA	(286.837)	(188.850)
Total	(165.264)	253.259

13.2. Bonificação de Outorga

A Celesc G pagou em 2016 R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. Esse montante está incluído na tarifa dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL.

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago:

- Deduzindo-se o valor mensal recebido de Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.421, de 17 de julho de 2018;
- Somando-se os juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR;
- Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo Contrato de Concessão.

Descrição	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Consolidado
						Total
Em 31 de dezembro de 2018	40.947	58.666	44.826	26.966	109.613	281.018
Atualização Monetária	884	1.266	968	580	2.373	6.071
Juros	2.451	3.561	2.631	1.835	5.782	16.260
Amortização/Baixa	(2.499)	(3.609)	(2.678)	(1.837)	(5.982)	(16.605)
Em 30 de junho de 2019	41.783	59.884	45.747	27.544	111.786	286.744
					Circulante	32.357
					Não Circulante	254.387

Notas Explicativas

14. ATIVO INDENIZATÓRIO – CONCESSÃO

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	447.738	438.609
Em Serviço	201.741	183.762
Em Curso	245.997	254.847
Ativo de Concessão – Geração de Energia (b)	2.421	2.421
Ativo Indenizatório	2.421	2.421
Total Não Circulante	450.159	441.030

a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

Em função da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurcou seus bens vinculados à concessão em ativo intangível e ativo indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrado no Ativo Intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

Descrição	Consolidado
	Montante
Em 31 de dezembro de 2018	438.609
(+) Novas Aplicações	15.426
(+/-) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC	(8.851)
(+) Ajuste VNR (i)	2.603
(-) Resgate	(49)
Em 30 de junho de 2019	447.738

(i) A Celesc D reconheceu até 30 de junho de 2019, o montante de R\$2.603, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

A Celesc D atualiza sua Base de Remuneração Regulatória – BRR, a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, pelo IPCA em atendimento ao Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, Submódulo 2.3.

b) Ativo de Concessão – Geração de Energia

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Investimentos em Usinas	Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Usina Bracinho	85	85
Usina Cedros	195	195
Usina Salto	1.906	1.906
Usina Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

15. TRIBUTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo)	-	-	1.075.627	-
ICMS	-	-	49.529	44.461
PIS/COFINS	-	-	21.229	21.234
IRPJ/CSLL	1.607	1.600	74.272	16.195
Outros	425	325	2.842	2.466
Total	2.032	1.925	1.223.499	84.356
Circulante	2.032	1.925	112.489	63.264
Não Circulante	-	-	1.111.010	21.092

Notas Explicativas

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

O saldo de PIS e COFINS é composto, principalmente, por pagamentos a maior relativos ao pedido de liminar deferida pela Justiça Federal referente ao processo de reconhecimento de exposição involuntária (Nota 27).

Os saldos de IRPJ e CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

Em 01 de abril de 2019 a Celesc D obteve o trânsito em julgado da decisão favorável em processo judicial, no qual foi reconhecido o direito a reaver os valores pagos a maior a título de PIS/COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos pagos. Os valores recolhidos a serem creditados em favor da Celesc D correspondem ao período de abril de 2007 a dezembro de 2014. A Celesc D reconheceu o montante de R\$1,075 bilhões de tributos a recuperar, atualizado monetariamente em conformidade com a solução de consulta da Receita Federal do Brasil – RFB nº 13/2018 em contrapartida de Outros Passivos Não Circulantes - Consumidores. A Companhia aguarda habilitação dos créditos pela Receita Federal para posteriormente compensá-los com tributos a vencer e aguarda ainda definição do órgão regulador ANEEL acerca do modelo de repasse aos consumidores.

Além disso destaca-se que a Companhia ingressou com outra ação judicial pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante, sendo que aguarda julgamento de mérito. Em paralelo destaca-se que tramita no STF o recurso extraordinário nº 574706/PR que trata da matéria em âmbito de repercussão geral, cuja definição da modulação dos efeitos da decisão de mérito é aguardada pela Companhia.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui Política de Transações com Partes Relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 2018. Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo e passivo circulante e não circulante e a movimentação no resultado do período são:

a) A tabela abaixo apresenta a movimentação no resultado do período.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Receitas Financeiras	Tributos/Deduções da Receita	Receita de Vendas	Receitas Financeiras
Governo do Estado de SC:				
ICMS	-	1.041.327	42.970	-
Rede Subterrânea (i)	43	-	-	43
Em 30 de junho de 2018	43	1.041.327	42.970	43
Em 30 de junho de 2019				
Governo do Estado de SC:				
ICMS	-	1.211.608	-	-
Receita de Vendas	-	-	48.256	-
Rede Subterrânea (i)	19	-	-	19
Em 30 de junho de 2019	19	1.211.608	48.256	19

b) A tabela abaixo apresenta os Saldos e Transações no período.

Descrição	Controladora			Consolidado		
	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Tributos a Recolher	Tributos a Recuperar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Outros Passivos de Partes Relacionadas
Governo do Estado de SC						
ICMS	-	156.601	44.461	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	9.601	-	-
Rede Subterrânea (i)	2.604	-	-	-	2.604	-
Rondinha Energética S.A.						
Dividendos	-	-	-	-	488	-
Celos						
Contrib. Mensais, Plano Saúde, outros	-	-	-	-	-	15.763
Em 31 de dezembro de 2018	2.604	156.601	44.461	9.601	3.092	15.763
Governo do Estado de SC						
ICMS	-	137.817	49.529	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	8.082	-	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	-	-	-	-
Rondinha Energética S.A.						
Dividendos	-	-	-	-	488	-
Celos						
Contrib. Mensais, Plano Saúde, outros	-	-	-	-	-	9.645
Em 30 de junho de 2019	-	137.817	49.529	8.082	488	9.645

Notas Explicativas

(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou Convênio nº 007/1995, Termo de Cooperação Técnica, com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis. A Companhia recebeu do Acionista, Governo do Estado de Santa Catarina, o Ofício GAB/GOV nº 67/2016, datado de 23 de junho de 2016, autorizando a efetuar a retenção dos proventos oriundos dos dividendos do exercício de 2015, a serem recebidos pelo acionista para abatimento do débito e, autoriza ainda, a deduzir o saldo remanescente em exercícios subsequentes até a extinção do referido débito. Em 25 de junho de 2019 o direito que a Celesc detinha representava R\$ 2.623, sendo que esse direito foi quitado com a primeira parcela dos dividendos referente ao exercício de 2018.

c) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF, Comitê de Auditoria Estatutário – CAE e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2019	30 de junho 2018	30 de junho 2019	30 de junho 2018
Administradores				
Honorários	2.839	3.862	2.839	3.862
Participação nos Lucros e/ou Resultados	1.596	-	1.596	-
Passivo Atuarial	-	102	-	102
Encargos Sociais	672	685	672	685
Outros	133	11	133	11
Total	5.240	4.660	5.240	4.660

17. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Controladas	1.548.188	1.443.925	-	-
Celesc D	1.053.188	981.299	-	-
Celesc G	495.000	462.626	-	-
Controladas em Conjunto	90.185	82.746	90.185	82.746
SCGÁS	90.185	82.746	90.185	82.746
Coligadas	104.801	89.884	161.317	145.917
ECTE	74.717	60.739	74.717	60.739
DFESA	30.084	29.145	30.084	29.145
SPEs	-	-	56.516	56.033
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão p/ Perda no Investimento Cubatão	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
Total	1.743.174	1.616.555	251.502	228.663

a) Informações sobre Investimentos

Descrição	Milhares de Ações da Companhia		Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício/Período
	Ordinárias		Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2018							
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	981.299	8.900.025	121.510	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	462.626	665.427	51.242	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	196.664	356.520	41.952	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	268.672	497.765	(21.198)	
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	126.549	134.141	43.369	
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)	
Em 30 de junho de 2019							
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	1.053.188	9.958.773	71.889	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	495.000	679.456	34.808	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	241.920	454.829	33.902	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	316.750	533.072	48.078	
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	130.628	138.191	21.619	
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)	

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado						
	Milhares de Ações da Companhia		Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício/Período
	Ordinárias		Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2018							
ECTE	13.001		30,88%	30,88%	196.664	356.520	41.952
SCGÁS	1.827		17,00%	51,00%	268.672	497.765	(21.198)
DFESA	153.382		23,03%	23,03%	126.549	134.141	43.369
Cubatão	1.600		40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)
Rondinha Energética S.A.	15.113		32,50%	32,50%	41.201	57.762	2.699
Painel Energética S.A.	4.745		32,50%	32,50%	5.660	5.661	(14)
Campo Belo Energética S.A.	1.349		20,43%	20,43%	6.137	6.550	(17)
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035		26,07%	26,07%	46.542	61.780	6.472
Xavantina Energética S.A.	266		40,00%	40,00%	24.318	39.802	(1.300)
Garça Branca Energética S.A.	22.228		49,00%	49,00%	36.255	65.845	(2.982)
EDP Transmissão Aliança SC	1.300		10,00%	10,00%	15.860	1.444.585	3.909
Em 30 de junho de 2019							
ECTE	13.001		30,88%	30,88%	241.920	454.829	33.902
SCGÁS	1.827		17,00%	51,00%	316.750	533.072	48.078
DFESA	153.382		23,03%	23,03%	130.628	138.191	21.619
Cubatão	1.600		40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)
Rondinha Energética S.A.	15.113		32,50%	32,50%	40.238	56.958	(963)
Painel Energética S.A.	-		0,00%	0,00%	5.660	5.661	-
Campo Belo Energética S.A.	-		0,00%	0,00%	6.137	6.550	-
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035		26,07%	26,07%	49.861	63.185	3.481
Xavantina Energética S.A.	266		40,00%	40,00%	24.116	38.877	(201)
Garça Branca Energética S.A.	22.326		49,00%	49,00%	35.270	63.846	(568)
EDP Transmissão Aliança SC	2.650		10,00%	10,00%	34.382	1.390.693	7.740

b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Em 31 de dezembro de 2018						
Dividendos e JCP Creditados	-	(2.434)	(3.401)	-	(4.040)	(9.875)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(734)	-	(734)
Resultado de Equivalência Patrimonial	71.889	34.808	11.120	8.173	4.979	130.969
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	-	-	-	-	-	-
Ajuste Adoção Inicial CPC 47(i)	-	-	6.259	-	-	6.259
Em 30 de junho de 2019	1.053.188	495.000	74.717	90.185	30.084	1.743.174

(i) Efeito Líquido da Adoção Inicial do CPC 47

Descrição	Consolidado				Total
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	
Em 31 de dezembro de 2018					
Integralizações	-	-	-	220	220
Dividendos e JCP Creditados	(3.401)	-	(4.040)	(309)	(7.750)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(734)	-	-	(734)
Resultado de Equivalência Patrimonial	11.120	8.173	4.979	572	24.844
Outros Ajustes	6.259	-	-	-	6.259
Em 30 de junho de 2019	74.717	90.185	30.084	56.516	251.502

c) Aquisição do Direito de Uso de Concessão

O saldo do Direito de Uso de Concessão gerado na aquisição da SCGÁS em 30 de junho de 2019 é de R\$36.337 (R\$37.072 em 31 de dezembro de 2018). O Direito de Uso de Concessão é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

Notas Explicativas

18. IMOBILIZADO

18.1. Composição do Saldo

Descrição	Consolidado						Total
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento (i)	
Em 31 de dezembro de 2018	3.879	12.519	29.844	83.039	550	30.235	160.066
Custo do Imobilizado	20.202	169.867	49.895	167.109	1.912	30.235	439.220
Provisão para Perdas	(8.995)	(25.445)	(2.938)	(6.589)	81	-	(43.886)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.903)	(17.113)	(77.481)	(1.443)	-	(235.268)
Em 31 de dezembro de 2018	3.879	12.519	29.844	83.039	550	30.235	160.066
Adições	-	-	-	-	-	607	607
Baixas Saldo Bruto	-	-	-	(93)	-	-	(93)
Baixas Depreciação	-	-	-	6	-	-	6
Depreciação	-	(191)	(382)	(1.667)	(55)	-	(2.295)
(+/-) Transferências	-	-	35	3.565	-	(3.600)	-
Reversão/Perda Recuperabilidade de Ativos	-	-	-	-	-	-	-
Em 30 de junho de 2019	3.879	12.328	29.497	84.850	495	27.242	158.291
Custo do Imobilizado	20.202	169.867	49.930	170.587	1.798	27.242	439.626
Provisão para Perdas	(8.995)	(25.445)	(2.938)	(6.589)	81	-	(43.886)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(132.094)	(17.495)	(79.148)	(1.384)	-	(237.449)
Em 30 de junho de 2019	3.879	12.328	29.497	84.850	495	27.242	158.291
Taxa Média de Depreciação	0%	6,79%	2,18%	2,86%	12,51%	0,00%	

(i) No 1º semestre de 2019 a Companhia concluiu R\$3.600 dos projetos em andamento, estando previsto para o 3º trimestre de 2019 a ativação de R\$4.743.

18.2. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	0,0
Máquinas e Equipamentos	5,3
Veículos	14,3
Móveis e Utensílios	6,3

Geração	Percentuais (%)
Prédios e Construções	2,2
Máquinas e Equipamentos	2,9
Reservatórios, Barragens e Adutoras	6,8
Veículos	2,9
Móveis e Utensílios	1,1

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As Usinas Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho são depreciadas com base no prazo de concessão definido em contrato.

Os ativos da Usina Pery, da PCH Celso Ramos e das CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe são depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, por possuírem contrato de registro.

São ainda depreciados, pela mesma Resolução, os investimentos realizados para ampliação nas Usinas Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho, que são suscetíveis à indenização ao final da concessão.

Os ativos da Administração Central (Prédios e Construções, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Móveis e Utensílios) também são depreciados pelas taxas estabelecidas na referida Resolução.

Notas Explicativas

18.3. Ativo Imobilizado Totalmente Depreciado Ainda em Operação

O valor contábil bruto dos ativos imobilizados que estão totalmente depreciados e que ainda estão em operação em 30 de junho de 2019:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Reservatórios, Barragens e Adutoras	133.155	133.155
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	11.937	11.935
Máquinas e Equipamentos	48.475	48.457
Outros	14.003	14.003
Total	207.570	207.550

19. INTANGÍVEL

Descrição	Controladora		
	31 de dezembro 2018	Amortizações	30 de junho 2019
Ágio Aquisição ECTE(i)	5.949	(251)	5.698

(i) O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

Descrição	Contratos de Concessão		Uso do Bem Público				Consolidado
	Celesc D (a)	Software Adquiridos	Ágio	Celesc G (a)	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Total
Em 31 de dezembro de 2018	3.287.592	1.510	5.949	-	70	1.435	3.296.556
Custo Total	4.981.357	6.495	14.248	-	70	1.435	5.003.605
Amortização Acumulada	(1.693.765)	(4.985)	(8.299)	-	-	-	(1.707.049)
Em 31 de dezembro de 2018	3.287.592	1.510	5.949	-	70	1.435	3.296.556
Adições	207.446	-	-	-	-	61	207.507
Baixas	(24.163)	-	-	-	-	-	(24.163)
Amortizações	(108.201)	(378)	(251)	-	-	-	(108.830)
Em 30 de junho de 2019	3.362.674	1.132	5.698	-	70	1.496	3.371.070
Custo Total	5.164.640	6.495	14.248	-	70	1.496	5.186.949
Amortização Acumulada	(1.801.966)	(5.363)	(8.550)	-	-	-	(1.815.879)
Em 30 de junho de 2019	3.362.674	1.132	5.698	-	70	1.496	3.371.070
Taxa Média de Amortização	0%	40%	0,9%	0%	0%	0%	

a) Contratos de Concessão

As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

20. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos e passivos foram calculados a partir de:

- (i) Provisão para contingências de processos judiciais;
- (ii) ICPC 10 – Interpretação Sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado;
- (iii) CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos sobre a Provisão para Perdas do Ativo Imobilizado;
- (iv) CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados;
- (v) Ajuste ao valor justo do Ativo Imobilizado, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- (vi) CPC 39 – Instrumentos Financeiros no reconhecimento e mensuração do valor novo de remuneração – VNR.
- (vii) Os tributos diferidos calculados sobre a Bonificação de Outorga foram calculados em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil – RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.

Notas Explicativas

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Ativo	715.182	712.532
Passivo	(14.737)	(10.144)
Tributo Diferido Líquido	700.445	702.388

Descrição	Consolidado					
	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Diferenças Temporárias						
Provisão para Contingências	210.494	201.864	-	-	210.494	201.864
Provisão para Perdas em Ativos	83.856	84.337	-	-	83.856	84.337
Benefício Pós-Emprego	563.949	573.409	-	-	563.949	573.409
Custo Atribuído	-	-	7.946	8.091	(7.946)	(8.091)
Efeitos do ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	55.098	56.157	(55.098)	(56.157)
Efeitos do CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	67.888	69.194	(67.888)	(69.194)
Bonificação de Outorga	-	-	26.596	23.490	(26.596)	(23.490)
Outras Provisões	-	-	326	290	(326)	(290)
Total	858.299	859.610	157.854	157.222	700.445	702.388

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorrem não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

O processo de reconhecimento inicial de exposição involuntária pelo órgão regulador no valor de R\$256,6 milhões e atualizado para R\$327,9 milhões em 30 de junho de 2019 está em Demanda Judicial junto a Justiça Federal e tiveram seus montantes de IRPJ e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso. (Nota 27).

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 30 de junho de 2019 são:

Ano	Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
2019	86.087	95.517
2020	79.766	79.785
2021	66.764	66.804
2022	63.887	63.907
Acima de 2022	561.795	553.597
Total	858.299	859.610

Notas Explicativas

c) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do Custo Atribuído e adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos Financeiros com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2017	17.628
(-) Baixa do Custo Atribuído	(2.913)
(+) Adoção Inicial CPC 48	16.784
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(4.717)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	26.782
(-) Baixa do Custo Atribuído	(428)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	146
Saldo em 30 de junho de 2019	26.500

d) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do Passivo Atuarial com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2017	704.738
(+) Adição do Passivo Atuarial	232.112
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(78.918)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	857.932
(+) Adição do Passivo Atuarial	-
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	-
Saldo em 30 de junho de 2019	857.932

e) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de imposto de renda com a de contribuição social, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2019	30 de junho 2018	30 de junho 2019	30 de junho 2018
Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e a CSLL	119.124	140.211	191.293	234.079
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(40.502)	(47.672)	(65.040)	(79.587)
Equivalência Patrimonial	44.530	52.487	8.447	2.396
Benefício Fiscal	-	-	(42)	(44)
Incentivo Fiscal	-	-	1.152	1.389
Provisões Indedutíveis	391	(359)	365	(359)
Multas Indedutíveis	-	-	(4.444)	(2.663)
IRPJ/CSLL não Reconhecidos sobre Prejuízo Fiscal	(4.270)	(4.445)	(4.270)	(4.445)
Participação dos Administradores	(150)	(11)	(173)	(35)
Perdas Não Técnicas	-	-	(8.155)	(10.586)
Outras Adições (Exclusões)	1	-	(9)	66
Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	-	-	(72.169)	(93.868)
IRPJ e CSLL Corrente	-	-	(70.226)	(80.694)
IRPJ e CSLL Diferido	-	-	(1.943)	(13.174)
Taxa Efetiva	0,00%	0,00%	37,73%	40,10%

21. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

21.1. Imposto de Renda e Contribuição Social a Recolher

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
IRPJ	-	-	52.596	12.236
CSLL	-	-	19.878	5.064
Total a Recolher	-	-	72.474	17.300
(-) Tributos a Compensar	(2.032)	(1.925)	(75.147)	(16.696)
Total	(2.032)	(1.925)	(2.673)	604

Notas Explicativas

21.2. Outros Tributos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho	31 de dezembro	30 de junho	31 de dezembro
	2019	2018	2019	2018
ICMS	-	-	137.817	156.601
PIS e COFINS	3	5	42.398	44.238
Outros	92	81	4.710	5.758
Circulante	95	86	184.925	206.597
(-) Tributos a Compensar	-	-	(72.725)	(67.660)
Total	95	86	112.200	138.937

22. FORNECEDORES

Descrição	Controladora	
	30 de junho	31 de dezembro
	2019	2018
Empregados a Disposição	392	1.025
Materiais e Serviços	48	67
Total	440	1.092

Descrição	Consolidado	
	30 de junho	31 de dezembro
	2019	2018
Energia Elétrica	470.284	456.897
Encargos de Uso da Rede Elétrica	86.115	82.303
Materiais e Serviços	64.739	96.215
Empregados a Disposição	392	1.025
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	251.354	370.414
Total	872.884	1.006.854

(i) A CCEE possui como uma de suas atribuições, apurar o valor da contabilização dos agentes. Este valor, no caso das distribuidoras, envolve além da venda e compra no curto prazo, encargos, efeito do despacho de térmicas e também impactos diversos de risco hidrológico. O risco hidrológico no caso das distribuidoras está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT), contratos de cota de garantia física e contrato com Itaipu. A Celesc D, mesmo sendo compradora, assume o risco hidrológico. Há também as diferenças de preços do PLD nos submercados que levam a impacto no componente TAJ_EF, e acarretam em excedentes financeiros. Ressalta-se que todos estes eventos são compensados por meio do ativo financeiro – CVA e suas variações não trazem impacto ao resultado da Companhia.

23. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem quatro classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Empréstimos da Eletrobras, (iii) Empréstimos Tipo Finame e iv) Empréstimos – BID, e são garantidos, quase em sua totalidade, pelos recebíveis da Celesc D.

Descrição	Taxas de Juros e Comissões (%)	Consolidado	
		30 de junho	31 de dezembro
		2019	2018
Total moeda nacional		820.185	645.348
Empréstimos Bancários (i)	7,4% a.a. e 7,67% a.a.	150.268	301.122
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,25% e CDI+1,3%	301.832	301.725
Empréstimos Bancários (i)	CDI + 0,8% a.a	336.591	-
Empréstimos Eletrobras (ii)	5% a.a. + 2% a.a. de tx. adm.	7.857	14.865
Empréstimos Finame (iii)	2,5% a 9,5% a.a.	23.637	27.636
Total moeda estrangeira		322.906	273.453
Empréstimo – BID (iv)	CDI + 0,89% a.a	322.906	273.453
		1.143.091	918.801
Circulante		231.392	321.089
Não Circulante		911.699	597.712

i) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários referem-se a contratações, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de capital de giro.

Notas Explicativas

Em fevereiro de 2018, foi efetuado junto ao Banco do Brasil a contratação de R\$150 milhões por meio da Linha de Crédito Agroindustrial, com juros pré-fixados em 7,67% a.a. e exigidos mensalmente. O prazo do contrato foi de 12 meses e sua liquidação, prevista em parcela única no final de sua vigência (*bullet*), foi efetuada no vencimento estabelecido.

Por meio de Cédula de Crédito Bancário, em abril de 2018, houve a contratação de mais R\$150 milhões junto ao Banco Safra, com juros pré-fixados em 7,4% a.a. e exigidos mensalmente. O prazo do contrato foi de 12 meses e sua liquidação estava prevista em parcela única no final de sua vigência (*bullet*). Contudo, em abril de 2019 o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado para mais 12 meses, sendo mantida a modalidade *bullet* para sua liquidação no final de sua vigência.

Em novembro de 2018, ocorreu a contratação de R\$100 milhões, junto ao Banco do Brasil, por meio de Cédula de Crédito Bancário, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,25% a.a. exigida trimestralmente. O período de vigência de 24 meses tem previsão de amortização em 4 parcelas trimestrais, com início em fevereiro de 2020 e término em novembro de 2020.

Também em novembro de 2018 e por meio de Cédula de Crédito Bancário, houve a contratação de R\$200 milhões junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,3% a.a. exigida mensalmente. O prazo de vigência de 36 meses tem uma carência 18 meses para o início da amortização do valor principal, previsto para liquidação em 18 parcelas mensais, com início para junho de 2020 e término em novembro de 2021.

Encerrando as contratações classificadas como Empréstimos Bancários, em abril de 2019, foi contratado mais R\$335 milhões junto ao Banco Safra, por meio de Cédula de Crédito Bancário, com remuneração a taxa equivalente ao CDI + 0,8% a.a. exigida mensalmente. Os prazos de vigência, de carência e de liquidação do principal são idênticos aos descritos no contrato anterior, tendo esse o início da amortização prevista para novembro de 2020 e o final para abril de 2022.

ii) Eletrobras

Os recursos dessas contratações foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, os contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 parcelas mensais, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa de comissão de 0,83%. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

iii) Finame

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,5% a 9,5% a.a. e com amortizações previstas para 96 parcelas mensais. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 31 de Outubro de 2018, a Celesc D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID firmaram uma operação de crédito externo denominada Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491), sendo liberadas duas parcelas no montante total de US\$80.078.631,05 (oitenta milhões, setenta e oito mil, seiscentos e trinta e um dólares americanos e cinco centavos). A primeira liberação ocorreu em 10 de dezembro de 2018 (US\$70.374.302,95) e a segunda em 28 de janeiro de 2019 (US\$9.704.328,10).

O valor total da operação é de US\$276.051.000,00 (duzentos e setenta e seis milhões e cinquenta e um mil dólares americanos) e o prazo para amortização é de 234 (duzentos e trinta e quatro) meses com uma carência de até 66 (sessenta e seis) meses, atingindo um prazo total de 300 (trezentos) meses.

A amortização é semestral pelo sistema constante e a taxa de juros é *libor* de 3 meses (*USD-LIBOR 3m*), com atualização monetária calculada pela variação cambial. Além disso, existe a exigência de uma comissão de compromisso de até 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado e de uma comissão de supervisão de até 1% do montante do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos de 5 (cinco) anos.

O empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de jurisdição da Celesc D.

Em 02 de Maio de 2019, houve opção pela conversão do saldo devedor liberado até o momento, no total de US\$80.078.631,05, e da taxa de juros aplicada ao contrato, que passou a ser de CDI+0,89% a.a. durante toda a vigência do contrato para essa liberação, não mais havendo, portanto, incidência de variação cambial.

Notas Explicativas

a) Composição dos Vencimentos

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Nacional		Estrangeira		Consolidado	
	30 de junho	31 de dezembro	30 de junho	31 de dezembro	30 de junho	31 de dezembro
	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ano 2020 – 1T a 2T	-	66.239	-	-	-	66.239
Ano 2020 – 3T a 4T	158.068	120.846	-	-	158.068	120.846
Ano 2021	351.849	128.516	-	-	351.849	128.516
Ano 2022	79.107	4.663	-	-	79.107	4.663
Ano 2023	3.260	3.260	-	-	3.260	3.260
Ano 2024	1.139	1.139	15.895	13.634	17.034	14.773
Ano 2025	364	363	302.017	259.052	302.381	259.415
Total	593.787	325.026	317.912	272.686	911.699	597.712

b) Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	320.322	325.026	645.348
Ingressos	-	335.000	335.000
Encargos Provisionados	32.850	-	32.850
Transferências	66.239	(66.239)	-
Amortizações de Principal	(160.984)	-	(160.984)
Pagamentos de Encargos	(32.029)	-	(32.029)
Saldo em 30 de junho de 2019	226.398	593.787	820.185

c) Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro

BID	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	767	272.686	273.453
Ingressos	-	36.562	36.562
Atualização Monetária	-	8.664	8.664
Encargos Provisionados	9.141	-	9.141
Pagamento de Encargos	(4.914)	-	(4.914)
Saldo em 30 de junho de 2019	4.994	317.912	322.906

24. DEBÊNTURES

24.1. PRIMEIRA DEBÊNTURES – Celesc D

A Celesc D emitiu, em 15 de maio de 2013, 30.000 (trinta mil) Debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal unitário de R\$10 mil, totalizando R\$300 milhões, com vencimento para 15 de maio de 2019. Os recursos dessa emissão foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,3%.

A amortização foi prevista em 3 parcelas anuais e consecutivas, no valor de R\$ 100 milhões cada, a partir de 15 de maio de 2017, e a remuneração em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 15 de novembro de 2013.

As três parcelas de amortização foram pagas em seus respectivos vencimentos e foram pagos R\$181,7 milhões de juros remuneratórios.

A partir de 2014, ao final de cada exercício, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação, portanto cumpriu o compromisso contratual (*covenant*).

24.2. SEGUNDA DEBÊNTURES – Celesc D

Em 10 de setembro de 2015 a Celesc D emitiu 3.000 (três mil) Debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor nominal

Notas Explicativas

unitário de R\$100 mil, totalizando R\$300 milhões, vencidos em 10 de setembro de 2016. Os recursos dessa emissão também foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondiam a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 2,5%.

A amortização foi prevista em parcela única em seu vencimento, e a remuneração em parcelas mensais e consecutivas, sem carência, a partir de 10 de outubro de 2015. O contrato foi liquidado em seu vencimento e foram efetuados pagamentos de parcelas da remuneração no montante de R\$47,4 milhões.

24.3. TERCEIRA DEBÊNTURES – Celesc D

A Celesc D emitiu, no dia 13 de julho de 2018, 250.000 (duzentos e cinquenta mil) Debêntures no valor nominal unitário de R\$1 mil, totalizando R\$250 milhões, com vencimento para 13 de julho de 2023, não conversíveis em ações. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa da emissora para gestão ordinária de seus negócios.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc D e a Celesc prestará fiança em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

As Debêntures terão prazo de 5 (cinco) anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 13 de julho de 2023; com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 1,9% ao ano.

A amortização foi prevista em 15 parcelas trimestrais e consecutivas, sempre no dia 13 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, a partir de 13 de janeiro de 2020 e o último na data de vencimento. A remuneração ocorrerá em parcelas trimestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 13 de outubro de 2018. Até 30 de Junho de 2019, foram pagos R\$ 13,7 milhões de juros remuneratórios.

A partir do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação, portanto cumpriu o compromisso contratual (*covenant*).

24.4. PRIMEIRA DEBÊNTURES – Celesc G

A primeira emissão de Debêntures da Celesc G ocorreu em 03 de março de 2016. O valor total da emissão foi de R\$150 milhões, em uma única série, constituída por 15.000 (quinze mil) Debêntures no valor nominal unitário de R\$10 mil. As Debêntures são simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. São nominativas e escriturais, sem emissão de cautelares ou certificados.

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada no dia 1º de março de 2018, foi aprovada a alteração da data de vencimento dessas Debêntures, de 03 de março de 2018 para 1º de junho de 2018.

Os juros remuneratórios para o período entre o primeiro vencimento (inclusive) até o novo vencimento (exclusive) foi de 100% da variação acumulada da Taxa DI *Over*, acrescida de uma sobretaxa (*spread*) de 2,5% ao ano (base de 252 dias úteis). Adicionalmente, foi pago aos Debenturistas um prêmio no valor de R\$6,66 (seis reais e sessenta e seis centavos) por debênture.

A emissão dessas Debêntures foi totalmente liquidada em seu vencimento e, durante o período de sua vigência, foram pagos R\$44,4 milhões de encargos.

24.5. SEGUNDA DEBÊNTURES – Celesc G

Uma segunda emissão de Debêntures da Celesc G ocorreu em 1º de junho de 2018, em série única, do tipo simples, não conversíveis em ações, no valor total de R\$150 milhões. Foram emitidas 15.000 (quinze mil) Debêntures com valor nominal unitário de R\$10 mil, não devendo ser atualizado monetariamente.

A garantia real foi definida como a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc G e a garantia fidejussória foi estabelecida pela fiança em favor dos titulares das Debêntures, assumindo o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da escritura da emissão.

As Debêntures possuem prazo de 5 (cinco) anos, contados da data de sua emissão, ou seja, 1º de junho de 2023. Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 2,5% ao ano até a data do efetivo pagamento. A amortização ocorre a partir do 12º

Notas Explicativas

mês (inclusive), contados da data de emissão, em parcelas trimestrais e consecutivas, sendo que até 30 de junho de 2019 foram pagos R\$13,1 milhões de encargos.

Semestralmente, a Celesc G tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2018 apresentou uma relação abaixo deste índice, cumprindo, assim, tal obrigação.

a) Movimentação das Debêntures

Consolidado	
Descrição	Total
Em 31 de dezembro de 2018	501.262
Ingressos	-
Atualização Monetária	19.219
Pagamentos Encargos	(20.768)
Pagamento Principal	(108.843)
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	725
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	245
Em 30 de junho de 2019	391.840
Circulante	72.607
Não Circulante	319.233

b) Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

Consolidado	
Descrição	30 de junho 2019
Ano 2019:	
1T/2019	-
2T/2019	-
3T/2019	279
4T/2019	279
Ano 2020:	
1T/2020	278
2T/2020	278
3T/2020	279
4T/2020	279
Ano 2021 a 2023:	2.752
Total	4.424

c) Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Controladora	
Descrição	
Saldo Dividendos e JCP (i) em 31 de dezembro 2018	39.524
Pagamentos – variações no fluxo de financiamento	(16.945)
Variações não caixa	(2.650)
Saldo Dividendos e JCP (i) em 30 de junho 2019	19.929

Descrição	31 de dezembro 2018	Ingressos de Recursos	Pagamento Principal	Total das Variações Fluxo de Financiamento	Pagamento Juros (ii)	Consolidado	
						Variações que não afetam o caixa (i)	30 de junho 2019
Empréstimos e Financiamentos	918.801	371.562	(160.984)	210.578	(36.943)	50.655	1.143.091
Debêntures	501.262	-	(108.843)	(108.843)	(20.768)	20.189	391.840
Dividendos e JCP	39.524	-	(16.945)	(16.945)	-	(2.650)	19.929
Total	1.459.587	371.562	(286.772)	84.790	(57.711)	68.194	1.554.860

(i) Os encargos provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$50.655. As Debêntures totalizaram R\$20.189, sendo R\$970 deste total, referentes às custas com debêntures incorridas no primeiro semestre de 2019.

(ii) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

Notas Explicativas

25. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	Controladora	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Circulante	771	749
Provisão de Férias e Encargos Sociais	458	388
Folha de pagamento Líquida	313	361
Total	771	749

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Circulante	188.813	208.503
Provisão de Férias e Encargos Sociais	121.535	118.026
PDI (a)	52.548	66.062
Consignações em Favor de Terceiros	4.201	10.126
Provisão PLR	10.016	13.847
Folha de Pagamento Líquida	513	442
Não Circulante	50.412	46.988
PDI (a)	50.412	46.988
Total	239.225	255.491

a) Plano de Desligamento Incentivado – PDI

Por meio da Deliberação nº 15, de 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o regulamento do Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado pela primeira vez em dezembro de 2016, com adesão e o desligamento de 62 empregados e um custo de cerca de R\$16 milhões.

No PDI 2017 se desligaram, até dezembro de 2017, 122 empregados. Esta edição de 2017 seguiu com os desligamentos até o mês de junho de 2018, onde o total de saídas efetivadas chegou a 188 (6% do quadro efetivo atual) com um custo total efetivado de R\$69,2 milhões.

A edição PDI 2018 realizará desligamentos até julho de 2019, sendo que até o mês de junho de 2019 já foram efetivadas 256 saídas a um custo total de cerca de R\$92 milhões.

Dando continuidade ao planejamento de desligamentos, a Celesc já abriu inscrições para a edição de 2019 do programa de desligamento, que conta com mais de 600 empregados inscritos. As inscrições ainda precisam ser homologadas pelo Conselho de Administração da empresa, bem como autorizada a execução orçamentária do plano.

Este programa faz parte da estratégia da Celesc D para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores com vistas à agregação de valor aos acionistas.

26. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Programa de Eficiência Energética – PEE	188.634	177.217
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	19.478	19.478
Encargo Conta Bandeiras	6.483	7.055
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	103.436	100.399
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (i)	1.796.980	2.069.926
Uso do Bem Público	-	-
Outros (ii)	1.270	1.200
Total	2.116.281	2.375.275
Circulante	1.995.825	2.269.327
Não Circulante	120.456	105.948

(i) A ANEEL, por meio das Resoluções Homologatórias nº 2.231 de 25 de abril de 2017, nº 2.510 de 18 de dezembro de 2018 e nº 2.521 de 20 de março de 2019, homologou as cotas de CDE Uso, CDE Energia e CDE Energia (CONTA-ACR), conforme demonstrado a seguir:

(ii) A conta outros é composta pelas taxas de Compensação Financeira Utilização Recursos Hídricos – CFURH, Taxa de Fiscalização do Sistema de Energia Elétrica – TFSEE.

Notas Explicativas

Descrição	Consolidado		
	CDE Energia (CONTA-ACR)	CDE USO	CDE ENERGIA
De abril de 2019 a agosto de 2019	34.561	-	-
De agosto de 2018 a março de 2019	-	-	23.134
De janeiro de 2019 a março de 2019	-	65.447	-
De abril de 2019 a dezembro de 2019	-	88.581	-

O Conselho de Administração autorizou a assinatura do Termo de Parcelamento de Débitos com o Fundo Social da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) entre a Celesc D e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), cujo saldo devedor em 30 de junho de 2017, reflexo do encontro de contas de valores devidos e créditos a receber, era de R\$1.164.387. Em 30 de junho de 2019 esse saldo passou a ser de R\$ 266.066.

Os ativos e passivos referentes ao parcelamento da CDE estão demonstrados a seguir:

Parcelamento CDE	Consolidado	
	30 de junho de 2019	31 de dezembro de 2018
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	1.457.680	1.457.680
Programa Baixa Renda	38.673	38.673
CDE a pagar	(1.762.419)	(2.012.487)
Total	(266.066)	(516.134)

A parcela incontroversa da atualização monetária dos saldos a receber e a pagar definidos no Termo de Parcelamento gerou em 30 de junho de 2017, respectivamente, uma receita financeira de R\$9.433 e uma despesa financeira de R\$179.481, resultando um valor líquido negativo de R\$170.048. No exercício de 2017 o resultado financeiro líquido foi de R\$213.608, no ano de 2018 foi de R\$46.331 e no 1º semestre de 2019 foi de R\$11.752.

O saldo devedor está sendo pago em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e consecutivas, no valor de R\$38.877, com juros equivalentes à taxa Selic. O primeiro vencimento foi definido para o dia 26 de julho de 2017 e os demais para o dia 10 dos meses subsequentes. Até 30 de junho de 2019 a Celesc D pagou R\$999.964, sendo R\$933.056 de principal e R\$66.908 de juros.

27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

a) Contingências Prováveis

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Tributária	2.117	2.117	1.263	1.263
Trabalhistas	4.112	3.207	41	41
Cíveis	8.338	6.172	203	147
Regulatórias	8.182	8.182	2.983	5.174
Total	22.749	19.678	4.490	6.625

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Tributárias (i)	3.752	3.745	9.657	9.626
Trabalhistas (ii)	57.125	53.083	68.013	65.850
Cíveis (iii)	96.021	64.262	152.935	136.359
Regulatórias (iv)	49.265	49.260	435.536	425.687
Ambientais (v)	-	-	2.054	2.051
Total	206.163	170.350	668.195	639.573

Notas Explicativas

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos
Em 31 de dezembro de 2018	19.678	6.625	170.350	639.573
Constituição	3.167	56	79.927	51.373
Atualização Financeira	-	-	-	12.040
Baixas	(96)	(2.191)	(44.114)	(34.791)
Em 30 de junho de 2019	22.749	4.490	206.163	668.195

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária nas esferas federal (relativos aos tributos PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e previdenciária) e municipal (relativo ao ISS).

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, danos envolvendo perda de produções (fumo, frangos), acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Concessionária de Energia Elétrica: revisão de faturamentos, reclassificação tarifária, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro), concurso público, dentre outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARESC ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

A mais expressiva contingência regulatória se refere à subcontratação de energia em 2014, cujos impactos financeiros não foram incluídos pela ANEEL na Revisão Tarifária da Celesc D, ocorrida em agosto de 2016, diante de medida judicial ajuizada pela empresa.

A empresa, objetivando preservar seus direitos, ingressou com Demanda Judicial junto a Justiça Federal do Distrito Federal, com pedido liminar para que a decisão do órgão regulador constante do Despacho nº 2.078/16 seja revista. Diante do pedido da Celesc D, a juíza da 6ª Vara da Justiça Federal, deferiu o pedido de tutela de urgência, cautelarmente, para determinar a suspensão, até ulterior determinação do Juízo.

Sendo assim a Celesc D reconheceu no resultado de junho de 2016 o valor de R\$256.601, sendo R\$225.029 como redutora da Receita Operacional Bruta e R\$31.572 como Despesa Financeira, tendo como contrapartida a conta patrimonial Passivo Financeiro (Circulante), proveniente da diferença apurada pelo órgão regulador.

Notas Explicativas

Em junho de 2017 a Celesc D reclassificou o valor de R\$256.601 do Passivo Financeiro (Circulante) para Provisão de Contingência Regulatória, por considerar que se trata de medida judicial ajuizada. Em Dezembro de 2018 foi atualizado para R\$317.631 e em Junho de 2019 foi atualizado para R\$327.880, sendo que o tema ainda permanece em discussão na esfera judicial.

A juíza titular do processo que discute a exposição contratual de 2014, após apreciar a manifestação da ANEEL quanto aos argumentos apresentados pela Celesc D, decidiu por manter a liminar anteriormente concedida. Recentemente foi proferida sentença de mérito, que ainda se encontra pendente de publicação. Sequencialmente, a Celesc D ingressará com os recursos necessários a fim de manter a liminar deferida e a discussão meritória da ação.

Outro processo relevante refere-se a valores a repassar à União a Título de Encargo de Capacidade Emergencial - ECE. Em 30 de Junho de 2019 montante provisionado era de R\$72.422.

v) Contingências Ambientais

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.

b) Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, regulatórias e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Tributárias (i)	311.229	311.229
Trabalhistas (ii)	13.120	12.524
Cíveis (iii)	242.710	199.603
Regulatórias (iv)	147.372	144.322
Ambientais (v)	47.262	47.247
Total	761.693	714.925

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS, COFINS, Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

Em 24 de setembro de 2018 a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de Ação Fiscal nº 0900100-2018-00117-1 desse procedimento em 08 de janeiro de 2019, resultou na lavratura do Auto de Infração nº 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O referido Auto de Infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

a) Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;

b) Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69º da lei federal nº 12.973/2014.

Após a análise da Administração do processo que está no âmbito administrativo foi classificado como possível, pois os elementos e dados apresentados não foram suficientemente fundamentados na doutrina ou em decisões judiciais favoráveis à entidade fiscal.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

Notas Explicativas

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam em multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, onde a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

28. PASSIVO ATUARIAL

Obrigações Registradas	Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Planos Previdenciários	985.147	1.024.255
Plano Misto/Transitório (a)	985.147	1.024.255
Outros Benefícios a Empregados	975.076	980.718
Plano Celos Saúde (b)	921.089	926.828
Outros Benefícios (c)	53.987	53.890
Total	1.960.223	2.004.973
Circulante	159.291	162.776
Não Circulante	1.800.932	1.842.197

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Planos Previdenciários

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Do total reconhecido, R\$461,0 milhões refere-se à dívida pactuada com a Celos em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualizado pelo IPCA, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Celos, a Celesc D registrou a partir de 2015 a atualização monetária e juros como resultado financeiro, fundamentado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

Notas Explicativas

28.1. Resultados da Avaliação Atuarial

a) Obrigações Atuariais

Descrição	Consolidado					Total
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	
Saldo 31 de dezembro de 2017	1.870.974	775.955	700.111	8.715	45.869	3.401.624
Custo do Serviço Corrente Líquido	(47.069)	(21.957)	(23.466)	-	-	(92.492)
Contribuições de Participante Realizadas no Período	22.644	17.589	31.291	-	-	71.524
Juros sobre Obrigação Atuarial	141.930	73.862	59.481	862	4.595	280.730
Benefícios Pagos no Período	(156.827)	(80.178)	(81.963)	(291)	(4.660)	(323.919)
Ganhos/(Perdas) nas Obrigações Atuarias	259.183	(70.182)	272.259	(7.265)	8.086	462.081
Saldo 31 de dezembro de 2018	2.090.835	695.089	957.713	2.021	53.890	3.799.548

b) Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

Descrição	Consolidado					Total
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	
Passivo (Ativo) em 31 de dezembro de 2017	683.975	495.873	652.231	30	45.869	1.877.978
Valor Justo dos Ativos no Fim do Período	(1.440.573)	(321.096)	(30.885)	(9.655)	-	(1.802.209)
Obrigações Atuariais no Fim do Período	2.090.835	695.089	957.713	2.021	53.890	3.799.548
Efeito do Teto de Ativos e Passivos Adic. Fim do Período	-	-	-	7.634	-	7.634
Passivo (Ativo) em 31 de dezembro de 2018	650.262	373.993	926.828	-	53.890	2.004.973

c) Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Consolidado					Total
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio		
Saldo 31 de dezembro de 2017	1.186.999	280.082	47.880	8.685		1.523.646
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	(156.827)	(80.178)	(81.963)	(291)		(319.259)
Contribuições de Participantes Realizadas no Período	22.644	17.589	31.291	-		71.524
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	66.730	59.736	40.716	-		167.182
Rendimentos Esperados dos Ativos	90.044	26.660	-	-		116.704
Ganho/(Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	230.983	17.207	(7.039)	1.261		242.412
Saldo 31 de dezembro de 2018	1.440.573	321.096	30.885	9.655		1.802.209

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Período

Descrição	Consolidado	
	30 de junho 2019	30 de junho 2018
Plano Transitório	8.397	12.622
Plano Misto	17.950	2.408
Plano Médico	16.705	18.007
Outros	2.414	2.729
Total	45.466	35.766
Despesa Pessoal	23.881	14.807
Despesa Financeira	21.585	20.959
Total	45.466	35.766

e) Despesa Estimada para o Exercício de 2019

A estimativa da despesa para o exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

Planos	Despesa a ser Reconhecida em 2019 (Reapresentado)
Plano Transitório	16.793
Plano Misto	35.901
Plano Pecúlio	117
Plano Médico	33.410
Outros	4.711
Total	90.932

Notas Explicativas

f) Movimentação do Passivo Atuarial

Descrição	Consolidado			
	Plano Misto/Transitório	Plano Celos Saúde	Outros Benefícios	Totais
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.024.255	926.828	53.890	2.004.973
Pagamento	(65.455)	(22.444)	(2.317)	(90.216)
Provisão	26.347	16.705	2.414	45.466
Saldo em 30 de junho de 2019	985.147	921.089	53.987	1.960.223

28.2. Equacionamento de Déficit Relativo ao Plano Previdenciário

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 26 de janeiro de 2018, aprovou o Plano de Equacionamento do déficit técnico no Plano Previdenciário Misto administrado pela Celos, mediante cobrança de contribuições extraordinárias dos Participantes Ativos, Assistidos e da Patrocinadora Celesc D o qual se dará da seguinte forma:

Plano Misto: do montante total de R\$363,0 milhões, valores de novembro de 2017, a Patrocinadora arcará com 50%, ou seja, R\$181,5 milhões, amortizado mensalmente a partir de março de 2018, pelo prazo de 16 (dezesesseis) anos, atualizados pela meta atuarial (IPCA + 5,13% a.a.).

Cumpra salientar que referidos déficits já estão refletidos no total de obrigações registradas a título de Passivo Atuarial no Balanço Patrimonial da Celesc D, bem como nos custos reconhecidos mensalmente como Despesa Atuarial, de acordo com a Avaliação Atuarial Anual dos Benefícios a Empregados, elaborada por atuários independentes em atendimento a Deliberação CVM nº 695/2012 e CPC 33 (R1).

Ressalta-se ainda que referido Plano de Equacionamento, poderá ser revisto anualmente de acordo com os resultados apurados.

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$842.508 em 30 de junho de 2019 e R\$842.226 em 31 de dezembro de 2018, no Patrimônio Líquido:

	Consolidado	
	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Ajuste de Avaliação Patrimonial		
Custo Atribuído – Celesc G	15.424	15.706
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	(857.932)	(857.932)
Total	(842.508)	(842.226)

O Custo Atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, em contrapartida ao Ativo Imobilizado.

A sua realização é registrada em contrapartida à conta Lucros Acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

c) Lucro Básico e Diluído por Ação

O cálculo do Lucro por ação básico e diluído em 30 de junho de 2019 e de 2018 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 30 de junho de 2019 e 2018, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Neste período, não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão das Informações Trimestrais.

Notas Explicativas

Nos períodos de 30 de junho de 2019 e de 2018 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no Lucro/(Prejuízo) por ação.

d) Composição do Lucro Básico e Diluído

Descrição	Controladora	
	30 de junho 2019	30 de junho 2018
Média Ponderada de Ações (milhares)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Lucro Básico e Diluído por Ação a Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	2,9143	3,4302
Ações Preferenciais Nominativas – PN	3,2057	3,7732
Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	45.250	53.261
Ações Preferenciais Nominativas – PN	73.874	86.950
	119.124	140.211

e) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

30. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 30 de junho de 2019, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Consolidado
				Segurado (i)
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	29.12.2017 a 31.12.2019	300.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2019 à 14.05.2020	25.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	24.272
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	12.136
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	12.136
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2018 a 08.08.2019	24.272

(i) As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, conseqüentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

Notas Explicativas

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos exercícios findos em 30 de junho de 2019 e 2018, são as seguintes:

30 de junho de 2019					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	3.842.383	74.586	(2.627)	3.914.342
Custo das Vendas	-	(3.414.512)	(15.821)	2.627	(3.427.706)
Resultado Operacional Bruto	-	427.871	58.765	-	486.636
Despesas com Vendas	-	(120.217)	1.953	-	(118.264)
Despesas Gerais e Administrativas	(13.467)	(161.559)	(7.178)	-	(182.204)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	1.149	35.560	(318)	-	36.391
Resultado de Equivalência Patrimonial	130.969	-	572	(106.697)	24.844
Resultado das Atividades	118.651	181.655	53.794	(106.697)	247.403
Receitas Financeiras	511	128.182	5.386	(4.028)	130.051
Despesas Financeiras	(38)	(183.437)	(6.714)	4.028	(186.161)
Resultado Financeiro, líquido	473	(55.255)	(1.328)	-	(56.110)
Lucro antes IRPJ e CSLL	119.124	126.400	52.466	(106.697)	191.293
IRPJ e CSLL	-	(54.511)	(17.658)	-	(72.169)
Lucro Líquido do Período	119.124	71.889	34.808	(106.697)	119.124
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	1.952.197	8.883.146	679.456		
Total dos Passivos	25.931	7.829.958	184.456		

30 de junho de 2018					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida – ROL	-	3.682.409	71.948	(2.401)	3.751.956
Custo das Vendas	-	(3.253.663)	(20.531)	2.401	(3.271.793)
Resultado Operacional Bruto	-	428.746	51.417	-	480.163
Despesas com Vendas	-	(105.997)	(415)	-	(106.412)
Despesas Gerais e Administrativas	(13.775)	(129.455)	(5.950)	-	(149.180)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(1.055)	39.485	(119)	-	38.311
Resultado de Equivalência Patrimonial	154.373	-	453	(147.778)	7.048
Resultado das Atividades	139.543	232.779	45.386	(147.778)	269.930
Receitas Financeiras	697	78.030	3.977	(2.106)	80.598
Despesas Financeiras	(29)	(111.450)	(7.076)	2.106	(116.449)
Resultado Financeiro, líquido	668	(33.420)	(3.099)	-	(35.851)
Lucro antes IRPJ e CSLL	140.211	199.359	42.287	(147.778)	234.079
IRPJ e CSLL	-	(79.742)	(14.126)	-	(93.868)
Lucro Líquido do Período	140.211	119.617	28.161	(147.778)	140.211
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	1.987.091	8.251.069	648.091		
Total dos Passivos	18.772	7.089.610	196.376		

Notas Explicativas

31.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	30 de junho 2019	30 de junho 2018
Receita Operacional Bruta – ROB	6.451.339	6.105.849
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	3.542.972	3.325.603
Fornecimento não faturado	8.250	(15.306)
Suprimento de Energia Elétrica (a)	244.994	178.996
Suprimento não faturado	(687)	6.812
Disponibilização da Rede Elétrica (i)	2.095.451	1.572.383
Atualização VNR	2.603	2.328
Receita Financeira (a)	22.331	22.574
Renda de Prestação de Serviços	1.435	1.243
Energia Elétrica de Curto Prazo	299.180	143.112
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	(416.673)	282.459
Outras Receitas Operacionais	8.632	6.735
Doações e Subvenções (ii)	394.826	382.221
Receita de Construção	248.025	196.689
Deduções da Receita Operacional Bruta	(2.536.997)	(2.353.893)
ICMS	(1.211.608)	(1.041.327)
PIS	(102.087)	(97.320)
COFINS	(470.223)	(448.262)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(712.934)	(696.215)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(18.482)	(17.861)
Programa Eficiência Energética – PEE	(18.024)	(17.456)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(3.621)	(3.450)
Comp. Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos – CFURH	(590)	(516)
Outros Encargos (Bandeiras Tarifárias)	572	(31.486)
Receita Operacional Líquida – ROL	3.914.342	3.751.956

(i) Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 605/2014, a Celesc D efetuou a segregação da receita da TUSD de Consumidores Cativos de Fornecimento de Energia Elétrica para Disponibilidade da Rede Elétrica.

(ii) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) no primeiro semestre de 2019 foi de R\$320.875. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$5.411 e Fornecimento de Bandeiras CCRBT em R\$23.255.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de junho 2019	30 de junho 2018	30 de junho 2019	30 de junho 2018	30 de junho 2019	30 de junho 2018
Residencial	2.367.190	2.305.464	3.233.902	2.994.773	2.167.343	1.808.198
Industrial	108.935	105.588	5.246.014	5.043.229	849.147	915.774
Comercial	275.274	267.480	2.326.733	2.184.259	1.281.905	1.137.259
Rural	234.300	234.610	643.848	764.626	289.153	295.137
Poder Público	23.146	22.989	237.592	229.208	159.443	141.129
Iluminação Pública	815	779	326.929	325.839	131.776	121.193
Serviço Público	3.479	3.321	185.002	182.337	104.065	93.662
Reclassif. Receita Disp. Rede Elétrica – Consumidor Cativo	-	-	-	-	(1.431.610)	(1.202.055)
Total do Fornecimento	3.013.139	2.940.231	12.200.020	11.724.271	3.551.222	3.310.297
Suprimento de Energia	98	94	1.406.437	1.191.847	244.307	185.808
Receita Fin. Bonificação de Outorga	-	-	-	-	22.331	22.574
Total	3.013.237	2.940.325	13.606.457	12.916.118	3.817.860	3.518.679

(i) Informações não auditadas

Notas Explicativas

31.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	30 de junho de 2019					Total
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas		
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	2.318.163	-	-	-	-	2.318.163
Encargos de uso da rede elétrica	416.207	-	-	-	-	416.207
Proinfa	93.096	-	-	-	-	93.096
Pessoal (b)	182.667	89.171	31.190	5.363	-	308.391
Administradores	-	5.240	-	-	-	5.240
Despesa Atuarial	-	23.881	-	-	-	23.881
Entidade de Previdência Privada (b)	8.820	3.730	1.361	-	-	13.911
Material	4.847	3.153	-	-	-	8.000
Custo de Construção	248.025	-	-	-	-	248.025
Custos e Serviços de Terceiros	51.354	37.335	28.653	437	-	117.779
Depreciação e Amortização	98.395	12.479	-	985	-	111.859
Provisões Líquidas	-	-	20.297	14.912	-	35.209
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	-	-	-
Arrendamentos e Aluguéis	993	10.173	358	(61.394)	-	(49.870)
Outros Custos e Despesas (c)	5.139	(2.958)	36.405	3.306	-	41.892
Total	3.427.706	182.204	118.264	(36.391)		3.691.783

Descrição	30 de junho de 2018					Total (Reapresentado)
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas		
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	2.189.627	-	-	-	-	2.189.627
Encargos de uso da rede elétrica	495.272	-	-	-	-	495.272
Proinfa	79.053	-	-	-	-	79.053
Pessoal (b)	162.028	69.366	28.955	2.665	-	263.014
Administradores	-	4.660	-	-	-	4.660
Despesa Atuarial	-	14.807	-	-	-	14.807
Entidade de Previdência Privada (b)	9.422	3.437	1.413	-	-	14.272
Material	4051	2712	-	-	-	6.763
Custo de Construção	196.689	-	-	-	-	196.689
Custos e Serviços de Terceiros	37.576	34.533	25.913	342	-	98.364
Depreciação e Amortização	93.949	11.904	-	985	-	106.838
Provisões Líquidas	-	-	19.952	25.211	-	45.163
Doações, Contribuições e Subvenções	-	-	-	130	-	130
Arrendamentos e Aluguéis	1.017	8.427	309	(56.329)	-	(46.576)
Outros Custos e Despesas (c)	3.109	(666)	29.870	(11.315)	-	20.998
Total	3.271.793	149.180	106.412	(38.311)		3.489.074

Notas Explicativas

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	30 de junho 2019	GWh (i)	30 de junho 2018 (Reclassificado)	GWh (i)
Centrais Eletricas Brasileiras S.A	417.483	1.837	378.996	1868
Tractebel Energia Comercializador	152.217	670	146.603	674
Petrobras S/A - Ute Governador Leon	100.763	903	168.395	903
Santo Antonio Energia SA	89.390	663	45.690	356
Cemig Geração e Transmissão S/A	83.226	357	85.797	523
Eletrobras Termonuclear S.A.	80.558	346	79.629	349
Norte Energia S/A	74.895	642	68.962	642
Furnas Centrais Eletricas S/A	62.267	564	57.965	528
Porto do Pecem Geração de Energia	42.721	234	69.211	234
Rio Paraná Energia SA	42.242	280	37.146	250
Chesf - Cia Hidro Elétrica. do Sao Francisco	36.032	779	21.541	696
Cesp - Companhia En. de Sao Paulo	32.350	148	31.157	149
Aliança Geração de Energia S.A.	26.452	143	26.922	143
Foz do Chapecó Energia S.A	23.435	103	22.037	103
Companhia Energética Estreito	21.847	102	21.041	102
UHE São Simão Energia S.A	21.264	167	20.168	46
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia	20.766	120	20.115	120
Amazonas Geração e Transmissão de Energia	19.844	88	-	-
Companhia Energética Petrolina	17.736	99	18.061	99
Energética Suape II S.A.	12.982	101	22.425	101
Centrais Elétricas de Pernambuco	12.713	137	23.467	137
Serra do Facão Energia S/A	10.583	48	10.351	48
Ventos de Santo Antonio Geradora	9.203	-	1.000	6
Companhia Energetica Potiguar S.A.	9.078	66	9.904	66
Delta Comercializadora de Energia	7.688	38	1.228	6
Companhia Hidreletrica Teles Pires	6.664	78	6.266	78
EMAE - Empresa Metropolitana de Água	6.579	22	2.622	20
Cgtee - Cia de Ger. Term. de E.E.	6.109	69	7.451	48
Rio PCH I S.A.	5.953	27	5.799	27
Empresa Energética Porto das Pedras	5.781	26	5.552	26
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro.	5.638	26	5.491	26
Eletrosul Centrais Elétricas SA	5.497	26	5.280	26
ENEL Greem Power Mourão SA	5.478	28	4.339	23
EOL São Clemente	4.897	33	-	-
Companhia Energetica Jaguará	4.832	36	4.909	33
Empresa de Energia Cachoeira Caldeira	4.772	39	4.677	39
Enguia Gen Ba Ltda	4.509	68	2.385	65
ECE Participacoes SA	4.504	32	4.349	32
Linhares Geração SA	4.416	16	5.892	16
SJC Bionergia Ltda	4.416	18	4.218	18
Santa Fé Energia SA	4.415	20	4.232	20
Energest SA	4.309	20	4.148	21
Açucareira Quata	4.024	33	-	-
Açucareira Zillo Lorenzetti S/A	4.024	-	6.283	33
Outros	133.286	964	98.725	928
	1.657.838	10.216	1.570.429	9.628
Energia Elétrica Comprada para Revenda – CP	660.325	(456)	619.198	(204)
Encargo de Uso da Rede Elétrica	416.207	-	495.272	-
Proinfa	93.096	181	79.053	179
Recuperação de Custos	-	-	-	-
	1.169.628	(275)	1.193.523	(25)
	2.827.466	9.941	2.763.952	9.603

(i) Informações não auditadas

b) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de junho 2019	30 de junho 2018	30 de junho 2019	30 de junho 2018
Pessoal				
Remunerações	5.256	6.369	146.954	144.301
Encargos Sociais	133	137	56.958	42.351
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	18.216	16.157
Benefícios Assistenciais	-	-	28.722	18.853
Provisões e Indenizações	12	38	57.468	41.302
Outros	37	30	73	50
Entidade de Previdência Privada	-	8	13.911	14.272
Total	5.438	6.582	322.302	277.286

Notas Explicativas

c) Recuperação de Custos

Em 12 de dezembro de 2017, a ANEEL por meio do Despacho nº 4.171/2017, determinou que a Eletrosul Centrais Elétricas S.A. devolva à Celesc D, os valores referentes à remuneração dos investimentos associados às instalações de transmissão necessárias ao atendimento do consumidor Arcelormittal, recebidos em duplicidade pela transmissora.

Em breve contextualização, a conexão do consumidor Arcelormittal, à época de sua instalação em Santa Catarina, se deu em 230kV, configurando-se como “Demais Instalações de Transmissão – DIT”, obra esta contratada pela Celesc D junto a Eletrosul para viabilizar o atendimento nessas características. Para o pagamento dessa contratação, restou celebrado contratualmente entre as empresas o prazo de 5 anos para o pagamento das instalações pela Celesc D, ficando esta com um recebível regulatório por 30 anos.

A Eletrosul optou pela prorrogação antecipada de sua concessão de transmissão, havendo a indenização referente aos ativos não depreciados ou não amortizados, na forma da Lei nº 12.783/2013 e seus regulamentos, aí incluídas as instalações dedicadas ao consumidor Arcelormittal.

Após trâmite regulatório e os termos do acordo de pagamento firmados com a Eletrosul, restou formalizado entre as empresas Termo de Confissão de Dívida, sendo definido o pagamento pela Eletrosul de R\$9.573 mil em 20 de julho de 2018, seguidos de 11 parcelas mensais e sucessivas, equivalentes a 2% do valor devido, cada uma, finalizando com mais 12 parcelas mensais e sucessivas equivalentes a 4,83% do saldo devido, com eventuais ajustes na parcela final.

O valor estabelecido pela ANEEL, no total de R\$46.733, atualizado pelo IPCA acumulado de outubro de 2012 a novembro de 2017, e acrescido de juros remuneratórios de 5,59% real ao ano, a partir de janeiro de 2013, foi contabilizado da seguinte forma: principal de R\$25.768 como recuperação de custos no grupo de custo de energia, considerando que a Celesc D contabilizou, à época, como custo efetuando os devidos recolhimentos de encargo setorial. O saldo restante foi reconhecido como receita financeira. Até 30 de junho de 2019 foi recebido R\$17.273, permanecendo um saldo de R\$30.595.

31.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora			Consolidado
	30 de junho 2019	30 de junho 2018	30 de junho 2019	30 de junho 2018 (Reapresentado)
Receitas Financeiras	511	697	130.051	80.598
Renda de Aplicações Financeiras	500	681	13.234	9.506
Acréscimos Moratórios s/Faturas de Energia Elétrica	-	-	58.023	44.829
Variações Monetárias	-	-	49.864	10.142
Atualização Monetária s/Ativos Regulatórios	-	-	11.884	17.011
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	-	-
Deságio Fornecedor	-	-	71	77
Desvalorização Cambial s/Energia Comprada	-	-	-	-
Renda de Dividendos	4	-	4	-
Reversão da Provisão para Perdas de Ativo Financeiro	-	-	216	-
Outras Receitas Financeiras	26	55	2.464	3.133
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(19)	(39)	(5.709)	(4.100)
Despesas Financeiras	(38)	(29)	(186.161)	(116.449)
Encargos de Dívidas	-	-	(67.563)	(16.983)
Atualização Reserva Matemática a amortizar	-	-	(21.586)	(20.959)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	-	-	(3.133)	(2.565)
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	-	-
Variações Monetárias	-	(3)	(28.222)	(561)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(8.354)	(7.782)
Atualização Monet. Ativo Financeiro	-	-	(23.983)	(19.723)
Atualização CDE	-	-	(11.752)	(26.751)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(20.189)	(13.677)
Outras Despesas Financeiras	(38)	(26)	(1.379)	(7.448)
Resultado Financeiro	473	668	(56.110)	(35.851)

Notas Explicativas

32. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC D

32.1. Balanço Patrimonial

Ativo	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Circulante	4.092.448	4.237.296
Caixa e Equivalentes de Caixa	688.185	631.262
Contas a Receber de Clientes	1.494.441	1.575.606
Estoques	12.775	8.488
Tributos a Recuperar	105.883	61.160
Subsídio Decreto nº 7.891/2013	1.511.003	1.511.003
Ativo Financeiro – CVA	-	226.737
Outros	280.161	223.040
Não Circulante	5.866.325	4.689.251
Realizável a Longo Prazo	2.503.651	1.401.659
Contas a Receber de Clientes	44.894	51.634
Tributos Diferidos	715.182	712.532
Tributos a Recuperar	1.109.220	19.319
Depósitos Judiciais	183.055	150.318
Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	447.738	438.609
Ativo Financeiro – CVA	-	26.522
Outros	3.562	2.725
Intangível	3.362.674	3.287.592
Total do Ativo	9.958.773	8.926.547
Passivo	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Circulante	4.005.816	4.472.487
Fornecedores	870.931	1.003.457
Empréstimos Moeda Nacional	226.398	320.322
Empréstimos Moeda Estrangeira	4.994	767
Debêntures	36.916	104.425
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	188.093	207.892
Tributos a Recolher	242.824	207.393
Dividendos Propostos	14.429	28.859
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras (i)	96.412	92.385
Taxas Regulamentares	1.995.469	2.269.081
Partes Relacionadas	9.645	15.763
Passivo Atuarial	159.240	162.638
Passivo Financeiro – CVA	101.564	-
Outros	58.901	59.505
Não Circulante	4.899.769	3.472.761
Empréstimos Moeda Nacional	593.787	325.026
Empréstimos Moeda Estrangeira	317.912	272.686
Debêntures	214.780	248.018
Taxas Regulamentares	117.656	103.411
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	50.412	46.988
Passivo Atuarial	1.800.932	1.842.197
Provisão para Contingências	662.487	631.959
Passivo Financeiro – CVA	63.700	-
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	1.075.627	-
Outros	2.476	2.476
Patrimônio Líquido	1.053.188	981.299
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	785.641	785.641
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(857.932)	(857.932)
Lucros Acumulados	71.889	-
Total do Passivo	9.958.773	8.926.547

(i) Mútuo entre Celesc D e Celesc G

Em setembro de 2018 a Celesc G fez o repasse de R\$90.000 à Celesc D na forma de Contrato de Mútuo. São acrescidos ao principal, juros de CDI +2,5% a.a., que serão pagos ao final do contrato, com vigência de 12 meses.

Os recursos têm a finalidade de mitigar os deslocamentos de caixa, especialmente diante da situação conjuntural desfavorável por que vem passando o setor de distribuição de energia elétrica, bem como, a utilização como empréstimo ponte até a liberação dos recursos do BID no Programa de Infraestrutura Energética da Celesc D.

Notas Explicativas

32.2. Demonstração de Resultados

Descrição	30 de junho 2019	30 de junho 2018 (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida – ROL	3.842.383	3.682.409
Receita de Serviço de Energia Elétrica	3.594.358	3.485.720
Receita de Construção	248.025	196.689
Custos Operacionais	(3.414.512)	(3.253.663)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(3.166.487)	(3.056.974)
Custo de Construção	(248.025)	(196.689)
Lucro Bruto	427.871	428.746
Despesas Operacionais	(246.216)	(195.967)
Despesas com Vendas	(120.217)	(105.997)
Despesas Gerais e Administrativas	(161.559)	(129.455)
Outras Receitas (Despesas) Líquidas	35.560	39.485
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	181.655	232.779
Resultado Financeiro	(55.255)	(33.420)
Receitas Financeiras	128.182	78.030
Despesas Financeiras	(183.437)	(111.450)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	126.400	199.359
IRPJ e CSLL	(54.511)	(79.742)
Corrente	(57.162)	(70.078)
Diferido	2.651	(9.664)
Lucro Líquido do Período	71.889	119.617

32.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de junho 2019	31 de junho 2018
Receita Operacional Bruta – ROB	6.371.428	6.028.634
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	3.536.478	3.291.505
Suprimento de Energia Elétrica (a)	200.309	148.793
Ativos e Passivos Financeiros	(416.673)	282.459
Disponibilização da Rede Elétrica	2.096.613	1.573.548
Energia de Curto Prazo	299.180	143.112
Doações e Subvenções	394.826	382.221
Receita de Construção	248.025	196.689
Atualização Ativo Financeiro – VNR	2.603	2.328
Outras Receitas Operacionais	10.067	7.979
Deduções da Receita Operacional Bruta	(2.529.045)	(2.346.225)
ICMS	(1.211.608)	(1.041.327)
PIS	(100.880)	(96.140)
COFINS	(464.662)	(442.827)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(712.934)	(696.215)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(18.024)	(17.456)
Programa Eficiência Energética – PEE	(18.024)	(17.456)
Taxa de Fiscalização	(3.485)	(3.318)
Outros Encargos	572	(31.486)
Receita Operacional Líquida – ROL	3.842.383	3.682.409

Notas Explicativas

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de junho 2019	30 de junho 2018	30 de junho 2019	30 de junho 2018	30 de junho 2019	30 de junho 2018
Residencial	2.367.190	2.305.464	3.233.902	2.994.773	2.167.343	1.808.197
Industrial	108.927	105.579	5.193.740	4.971.295	838.197	900.924
Comercial	275.273	267.479	2.302.251	2.157.219	1.278.111	1.133.318
Rural	234.300	234.610	643.848	764.626	289.153	295.137
Poder Público	23.146	22.989	237.592	229.208	159.443	141.129
Iluminação Pública	815	779	326.929	325.839	131.776	121.193
Serviço Público	3.479	3.321	185.002	182.337	104.065	93.662
Reclassif. Receita Disp. Rede Elétrica – Consumidor Cativo	-	-	-	-	(1.431.610)	(1.202.055)
Total do Fornecimento	3.013.130	2.940.221	12.123.264	11.625.297	3.536.478	3.291.505
Suprimento de Energia	51	49	1.119.126	930.431	200.309	148.793
Total	3.013.181	2.940.270	13.242.390	12.555.728	3.736.787	3.440.298

(i) Informações não auditadas

32.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30 de junho de 2019				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.819.603	-	-	-	2.819.603
Pessoal	182.140	78.528	30.695	5.363	296.726
Despesa Atuarial	-	23.881	-	-	23.881
Entidade Previdência Privada	8.820	3.730	1.361	-	13.911
Material	4.741	3.040	-	-	7.781
Custo de Construção	248.025	-	-	-	248.025
Custos e Serviços de Terceiros	48.673	34.142	28.348	437	111.600
Depreciação e Amortização	96.172	12.029	-	-	108.201
Provisões Líquidas	-	-	23.146	18.488	41.634
Outros Custos e Despesas	6.338	6.209	36.667	(59.848)	(10.634)
Total	3.414.512	161.559	120.217	(35.560)	3.660.728

Descrição	30 de junho de 2018 (Reapresentado)				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	2.752.726	-	-	-	2.752.726
Pessoal	160.287	58.814	28.680	2.665	250.446
Despesa Atuarial	-	14.807	-	-	14.807
Entidade Previdência Privada	9.422	3.429	1.413	-	14.264
Material	3.817	2.686	-	-	6.503
Custo de Construção	196.689	-	-	-	196.689
Custos e Serviços de Terceiros	34.845	31.322	25.642	342	92.151
Depreciação e Amortização	91.556	11.440	-	-	102.996
Provisões Líquidas	-	-	20.117	25.141	45.258
Outros Custos e Despesas	4.321	6.957	30.145	(67.633)	(26.210)
Total	3.253.663	129.455	105.997	(39.485)	3.449.630

Notas Explicativas

33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC G

33.1. Balanço Patrimonial

Ativo	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Circulante	106.114	99.344
Caixa e Equivalentes de Caixa	52.340	50.035
Contas a Receber de Clientes	16.398	17.301
Estoques	131	148
Tributos a Recuperar	4.574	179
Despesas Antecipadas	19	134
Dividendos a Receber	267	89
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	32.357	31.433
Outros	28	25
Não Circulante	573.342	566.083
Realizável a Longo Prazo	355.857	347.006
Tributos a Recuperar	1.790	1.773
Depósitos Judiciais	359	354
Partes Relacionadas	96.900	92.873
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	254.387	249.585
Outros	2.421	2.421
Investimentos	56.516	56.033
Imobilizado	158.271	160.029
Intangível	2.698	3.015
Total do Ativo	679.456	665.427

Passivo	30 de junho 2019	31 de dezembro 2018
Circulante	61.248	67.276
Fornecedores	2.116	3.544
Debêntures	35.691	26.964
Tributos a Recolher	14.480	16.418
Taxas Regulamentares	356	246
Partes Relacionadas	1.225	872
Dividendos Propostos	7.302	19.147
Outros	78	85
Não Circulante	123.208	135.525
Tributos Diferidos	14.737	10.144
Debêntures	104.453	121.855
Provisão para Contingências	1.218	989
Taxas Regulamentares	2.800	2.537
Patrimônio Líquido	495.000	462.626
Capital Social Realizado	250.000	250.000
Reservas de Lucro	194.486	196.920
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15.424	15.706
Lucros Acumulados	35.090	-
Total do Passivo	679.456	665.427

33.2. Demonstração de Resultados

Descrição	30 de junho 2019	30 de junho 2018
Receita Operacional Líquida – ROL	74.586	71.948
Receitas de Vendas e Serviços	74.586	71.948
Custos Operacionais	(15.821)	(20.531)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(15.821)	(20.531)
Lucro Bruto	58.765	51.417
Despesas Operacionais	(4.971)	(6.031)
Despesas com Vendas	1.953	(415)
Despesas Gerais e Administrativas	(7.178)	(5.950)
Outras Receitas (Despesas) Líquidas	(318)	(119)
Resultado da Equivalência Patrimonial	572	453
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro	53.794	45.386
Resultado Financeiro	(1.328)	(3.099)
Receitas Financeiras	5.386	3.977
Despesas Financeiras	(6.714)	(7.076)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	52.466	42.287
IRPJ e CSLL	(17.658)	(14.126)
Corrente	(13.064)	(10.616)
Diferido	(4.594)	(3.510)
Lucro Líquido do Período	34.808	28.161

Notas Explicativas

33.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de junho 2019	30 de junho 2018
Receita Operacional Bruta – ROB (i)	82.538	79.616
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Industrial	10.950	14.850
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Comercial	3.794	3.941
Suprimento de Energia Elétrica (a)	36.979	33.766
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	8.484	4.485
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	22.331	22.574
Deduções da Receita Operacional	(7.952)	(7.668)
PIS	(1.207)	(1.180)
COFINS	(5.561)	(5.435)
Taxa Fiscalização ANEEL – TFSEE	(136)	(132)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(458)	(405)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(590)	(516)
Receita Operacional Líquida – ROL	74.586	71.948

(i) Por meio da Resolução Homologatória nº 2.421 de 17 de julho de 2018, a ANEEL aprovou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2018 a 30 de junho de 2019.

As RAGs estabelecidas para as Usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usina	Concessionária	RAG		Receita Mensal
		Ciclo 2018/2019	Julho/2018 a Junho/2019	Julho/2018 a Junho/2019
Pery	Celesc G	9.453		788
Garcia	Celesc G	9.758		813
Bracinho	Celesc G	12.667		1.056
Cedros	Celesc G	9.267		772
Palmeiras	Celesc G	19.355		1.613
Salto	Celesc G	6.585		549

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de junho 2019	30 de junho 2018	30 de junho 2019	30 de junho 2018	30 de junho 2019	30 de junho 2018
	Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica					
Industrial	8	9	52.274	71.934	10.950	14.850
Comercial, Serviços e Outros	1	1	24.482	27.040	3.794	3.941
Suprimento de Energia	47	45	247.610	246.077	36.979	33.766
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	39.701	15.338	8.484	4.485
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-	-	-	-	22.331	22.574
Total	56	55	364.067	360.390	82.538	79.616

(i) Informações não auditadas

33.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	30 de junho de 2019	
				Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	9.328	-	-	-	9.328
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.162	-	-	-	1.162
Pessoal	527	5.205	495	-	6.227
Material	106	113	-	-	219
Custos e Serviços de Terceiros	2.681	1.054	305	-	4.040
Depreciação e Amortização	2.223	433	-	-	2.656
Seguros	115	-	-	-	115
Provisões Líquidas	-	-	(2.849)	(1.442)	(4.291)
Tributos	(170)	49	96	-	(25)
Aluguéis	-	245	-	-	245
Doações	-	-	-	-	-
Outros Custos e Despesas	(151)	79	-	1.760	1.688
Total	15.821	7.178	(1.953)	318	21.364

Notas Explicativas

Descrição	30 de junho de 2018				Total
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	
Energia Elétrica Comprada para Revenda	12.462	-	-	-	12.462
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.165	-	-	-	1.165
Pessoal	1.741	3.978	275	-	5.994
Material	234	26	-	-	260
Custos e Serviços de Terceiros	2.731	1.157	271	-	4.159
Depreciação e Amortização	2.393	462	-	-	2.855
Seguros	150	-	-	-	150
Provisões Líquidas	-	-	(165)	-	(165)
Tributos	(185)	168	34	-	17
Aluguéis	-	148	-	-	148
Doações	-	-	-	130	130
Outros Custos e Despesas	(160)	11	-	(11)	(160)
Total	20.531	5.950	415	119	27.015

34. EVENTO SUBSEQUENTE

34.1. Reajuste Anual da Receita Anual de Geração – RAG – Celesc G

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.587 de 23 de julho de 2019, a ANEEL aprovou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei nº 12.783/2013. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

A RAG, definida no processo de revisão tarifária periódica, contempla:

- GAG - Custo da Gestão de Ativos de Geração;
- Aji - Ajuste de Indisponibilidade Apurada ou pelo Desempenho Apurado, conforme modalidade de operação definida pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;
- EU - Encargo de Uso do Sistema de Distribuição ou Transmissão;
- EC - Encargo de Conexão de responsabilidade da concessionária para o ano seguinte;
- OE - Outros Encargos.

O Custo da Gestão dos Ativos de Geração - GAG comporta os custos regulatórios de operação, manutenção, administração, remuneração e amortização. Estes custos estão contemplados na forma de GAG para Custos Operacionais, GAG para Custos de Capital por Investimentos em Melhorias, GAG para Custos da Gestão de Ativos de Geração, decorrente de ampliações executadas nas usinas hidrelétricas e GAG para Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis.

As RAGs estabelecidas para as Usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usina	Concessionária	RAG (R\$)	
		Ciclo 2019/2020	Receita Mensal (R\$) Julho/2019 a Junho/2020
Pery	Celesc G	9.813.481,68	817.790,14
Garcia	Celesc G	10.122.039,41	843.503,28
Bracinho	Celesc G	13.113.790,03	1.092.815,84
Cedros	Celesc G	9.595.876,71	799.656,39
Palmeiras	Celesc G	20.085.497,84	1.673.791,49
Salto	Celesc G	6.818.340,73	568.195,06

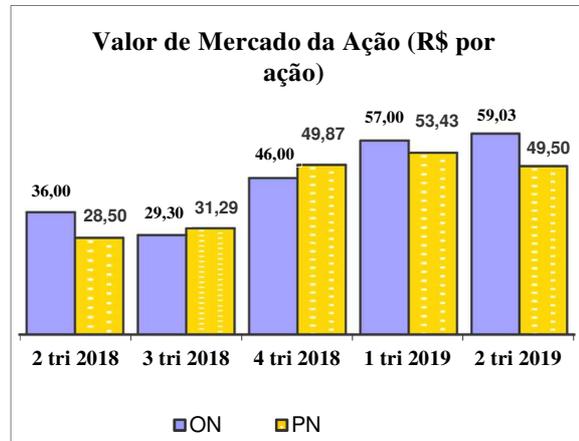
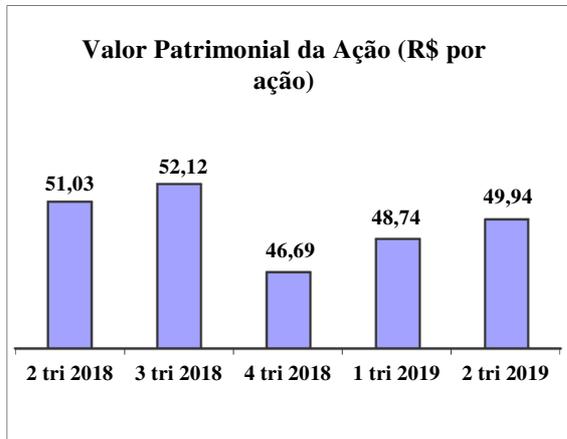
34.2. Termo de Acordo de Parcelamento – Celesc D

A Celesc D e a UNIÃO, em 19 de julho de 2019, firmaram um Termo de acordo visando o Cumprimento de Sentença nº 500879251.2011.4.04.7200, em que a Celesc D se compromete a quitar dívida de R\$72.403 em 60 parcelas, sendo que a primeira parcela será realizada em 31 de julho de 2019. As demais parcelas serão acrescidas de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento e de 1% (um por cento) relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. Este processo refere-se a valores a repassar à União a Título de Encargo de Capacidade Emergencial – ECE já reconhecidos como Contingências Regulatórias, conforme nota explicativa 27, item ‘a’, subitem ‘iv’.

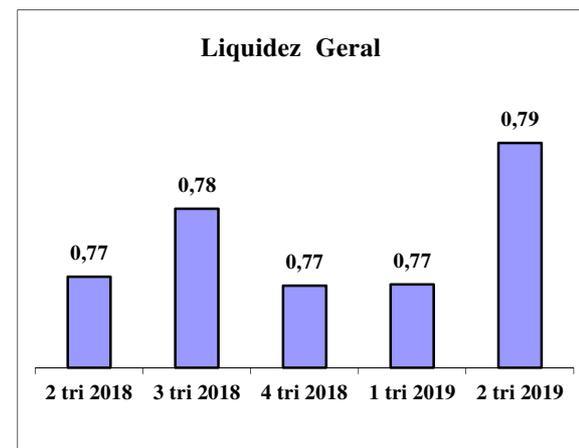
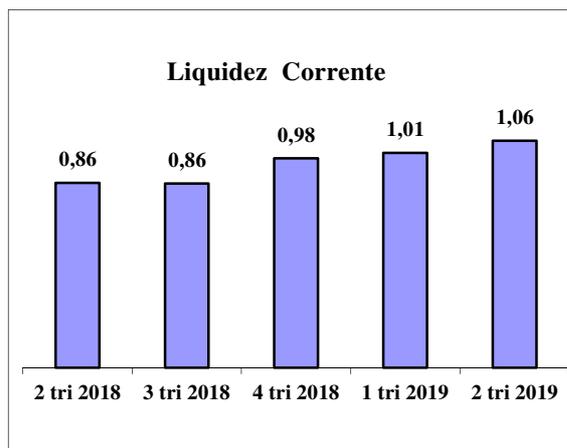
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1. INDICADORES FINANCEIROS TRIMESTRAIS (Informações não Auditadas)

1.1. Patrimoniais

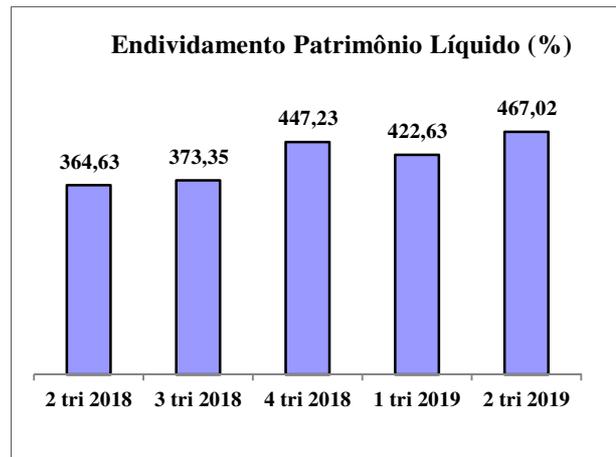
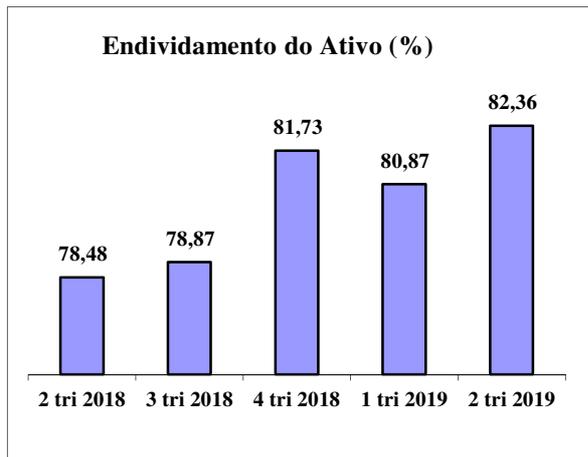


1.2. Liquidez

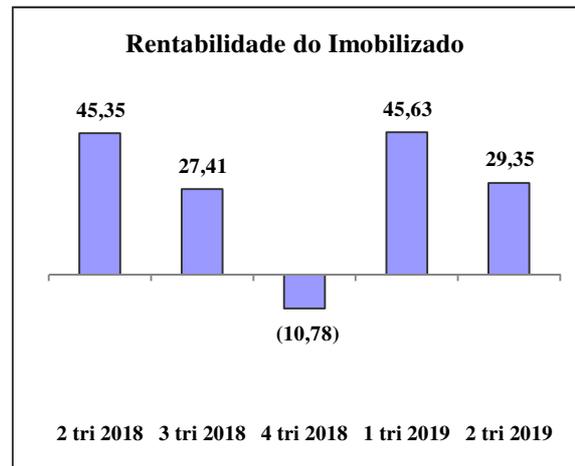
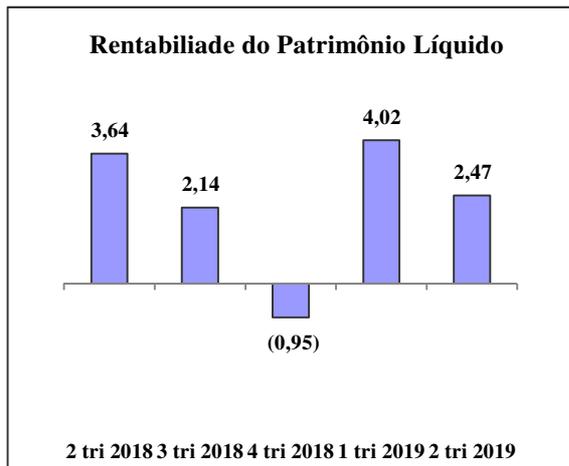


Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

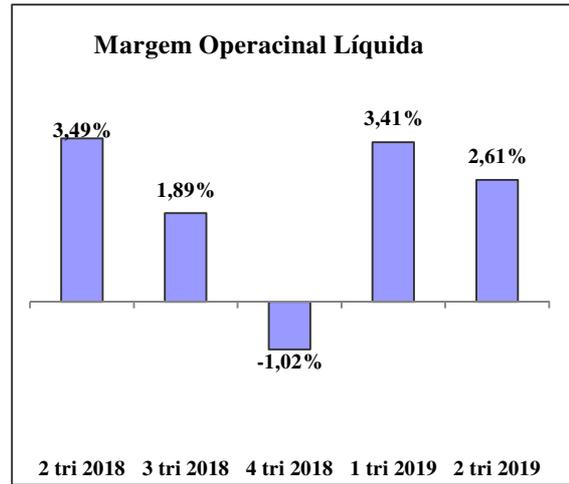
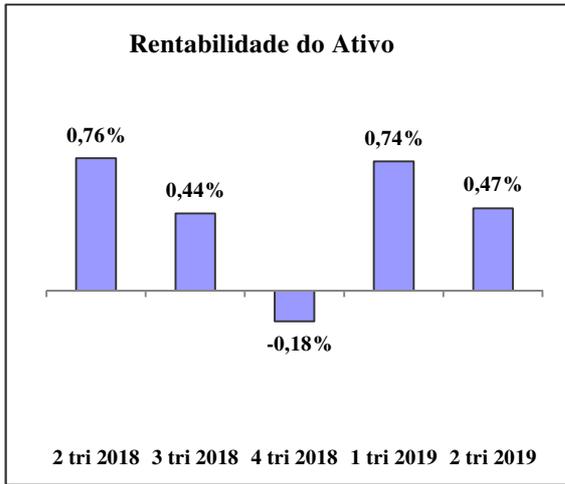
1.3. Endividamento



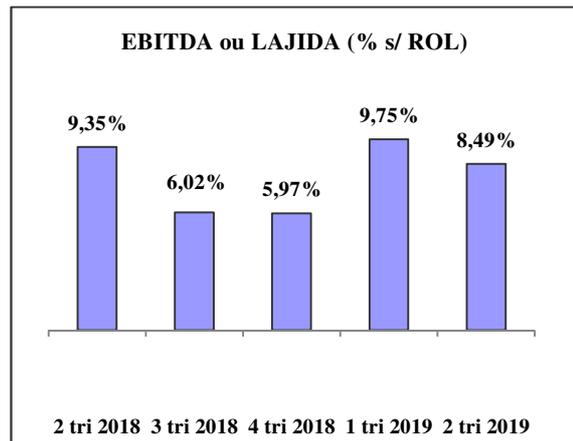
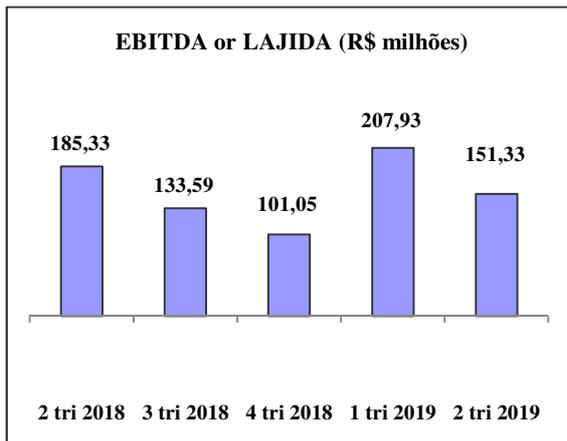
1.4. Rentabilidade



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

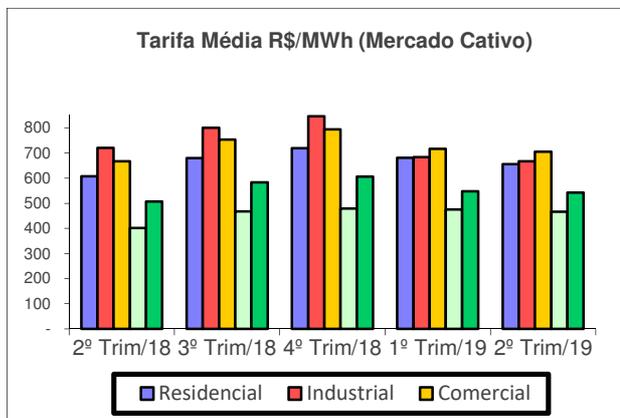
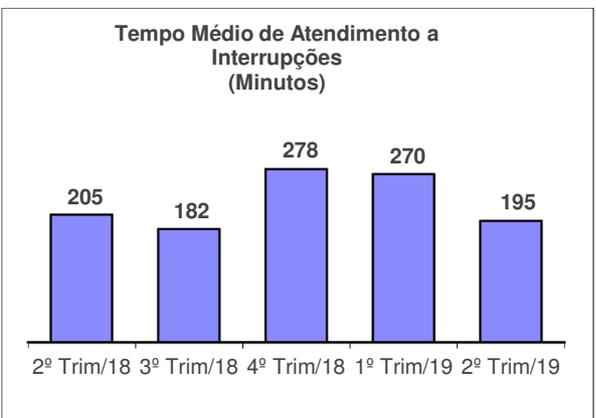
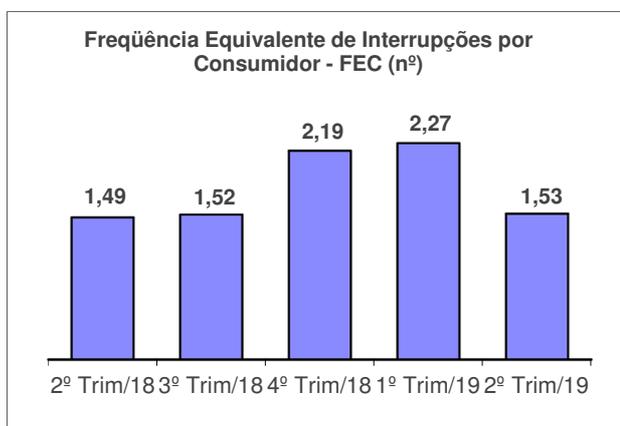
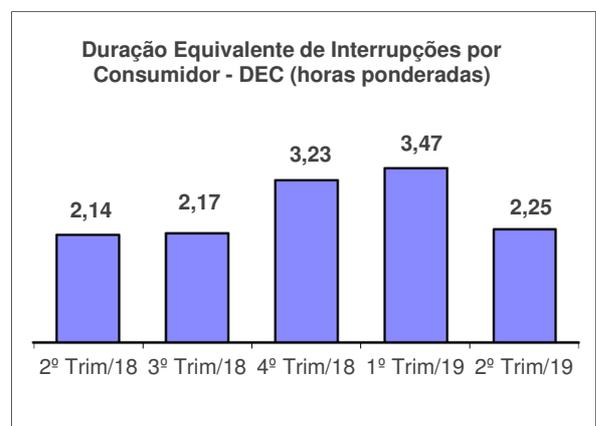
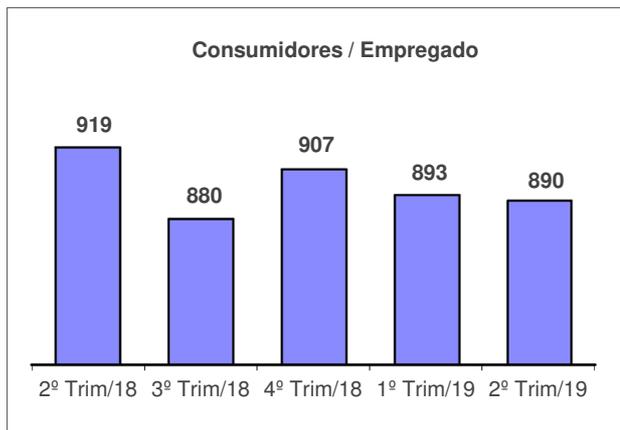
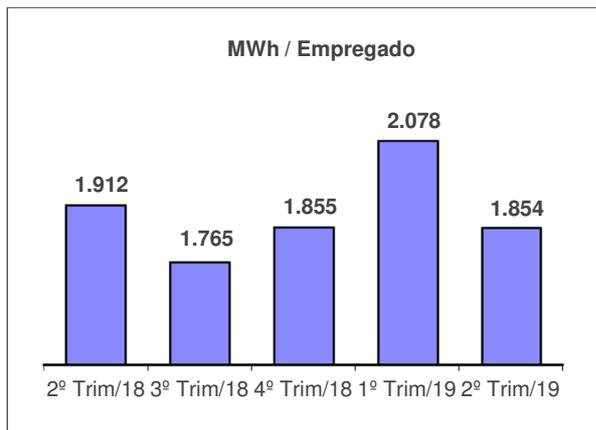


1.5. EBITDA ou LAJIDA



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1.6. Eficiência



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 14 de agosto de 2019

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa

Contador CRC 1SP 236051/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Companhia, responsáveis por fazer elaborar as demonstrações financeiras nos termos da lei ou do estatuto social, declaram que reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleicio Poletto Martins

Diretor Presidente

Fábio Valentim da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

Antônio José Linhares

Diretor Comercial

Pablo Cupani Carena

Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Sandro Ricardo Levandoski

Diretor de Distribuição

Claudine Furtado Anchite

Diretora de Gestão Corporativa

André Luiz de Castro Pereira

Diretor de Planejamento e Controle Interno

Claudine Furtado Anchite

Diretora de Finanças e Relações com Investidores

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Companhia, responsáveis por fazer elaborar as demonstrações financeiras nos termos da lei ou do estatuto social, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial dos auditores independentes, da empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sobre as demonstrações financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleicio Poletto Martins

Diretor Presidente

Fábio Valentim da Silva

Diretor de Assuntos Regulatórios e Jurídicos

Antônio José Linhares

Diretor Comercial

Pablo Cupani Carena

Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

Sandro Ricardo Levandoski

Diretor de Distribuição

Claudine Furtado Anchite

Diretora de Gestão Corporativa

André Luiz de Castro Pereira

Diretor de Planejamento e Controle Interno

Claudine Furtado Anchite

Diretora de Finanças e Relações com Investidores

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8